

Para além do MAIs. Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior

M

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E ASSOCIATIVA

A

IGUALDADE ENTRE HOMENS E
MULHERES

I

VISIBILIDADE NOS ESPAÇOS DE FALA E
DE TOMADA DE DECISÕES

S

Índice

Teoria da Mudança	2
Agricultura familiar e agroecologia. O papel central das mulheres agricultoras .	8
O Património Cultural Imaterial na promoção do papel das mulheres agricultoras.....	12
(Projeto) MAIs: Construção Comunitária	21
Projeto MAIs: a metodologia do Mapa da Sociodiversidade	41
Igualdade de género em territórios do interior - o papel do poder local - reflexão a partir da formação de atores locais	50
A sustentabilidade de projetos de investigação-ação em comunidades rurais	56

Teoria da Mudança

Diana GOMES¹, Teresa NEVES², João FERNANDES², Cristina Amaro da Costa^{1,3}

¹ Escola Superior Agrária de Viseu | Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

² OIKOS ONGD

³ CERNAS – IPV, Viseu, Portugal

1. Introdução

A Teoria da Mudança (ToC – *Theory of Change*) é um processo contínuo de organização da intervenção, sempre adaptada à complexidade da realidade social e da respectiva mudança (UNDG, 2016). Existem diversos conceitos e abordagens para a ToC. Sem entrar num debate conceptual, adotamos aqui o seguinte entendimento do que é a Teoria da Mudança:

“Processo e produto do desenvolvimento de uma descrição explícita do como e porquê se espera que uma **intervenção** atinja os seus **resultados** (*outcomes*) e objetivo de **impacto**, com base em **caminhos de mudança** ou **nexos causais** decorrentes das **atividades e produtos** (*outputs*) realizados e dos pressupostos subjacentes aos nexos causais.” (Centre of Theory of Change, 2023)

A Teoria da Mudança consiste, portanto, na descrição e ilustração exaustiva de como e porquê se espera que uma mudança ocorra num determinado contexto. Habitualmente, a ToC inclui um mapa ou diagrama para ajudar a visualizar a lógica subjacente aos caminhos de mudança e nexos causais, mas também uma narrativa que explica o contexto, a lógica da intervenção e como é medido o sucesso.

Por se tratar de uma ferramenta metodológica tão flexível, existem várias abordagens da ToC que variam entre si, ora pelas etapas adotadas como pela respetiva ordem. No caso do Projeto MAIs, a ToC foi organizada com base numa abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), que consistiu num processo participativo e centrado nas participantes, onde as próprias, as afetadas pela mudança, desempenharam um papel fundamental na definição, desenvolvimento e implementação do desenho da ToC. Ao contrário das abordagens *top-down* (de cima para baixo) que começam por identificar os impactos, pressupostos e atividades, no MAIs identificaram-se primeiramente os atores-chave, ou seja, as partes interessadas e/ou afetadas pela mudança (onde se devem incluir membros da comunidade, grupos locais, líderes comunitários, entre outros), o que permitiu que os parceiros do projeto (que, por sua vez, eram também parte dos stakeholders do MAIs), assim como as participantes, tivessem um papel fundamental na própria criação da ToC.

2. CONCRETIZAÇÃO DA ToC: ETAPAS

Etapa 1 – Problema Central

A etapa inicial de implementação da ToC tem como objetivos nomear os motivos/razões da mudança, compreender os problemas da situação atual e identificar o que pode ser

melhorado junto da comunidade-alvo da intervenção. Para tal, deve ser elaborada a árvore do problema central (Figura 1).



Figura 1 – Árvore do Problema Central do MAIs

Etapa 2 – Árvore de problemas

A segunda etapa consiste em envolver os atores (através de reuniões, grupos de discussão, entrevistas, grupos focais ou outras dinâmicas de grupo), com o objetivo de ouvir as suas perspectivas e necessidades e identificar assim qual o papel que poderão vir a desempenhar no projeto.

Nesta fase é recomendável elaborar uma árvore de problemas (Figura 2), uma ferramenta bastante útil e que pode funcionar como um bom ponto de partida para a visualização do processo da ToC. A árvore de problemas visa elencar causas indiretas e diretas, problema central e efeitos, e possui algumas especificidades, nomeadamente: (1) deve ler-se de baixo para cima (das causas indiretas para os efeitos); (2) cada causa indireta só deve estar ligada a uma causa direta; (3) o problema central tem de ser um problema relevante para a comunidade/grupo-alvo; (4) o problema deve ser formulado a partir da perspectiva das pessoas afetadas por este.

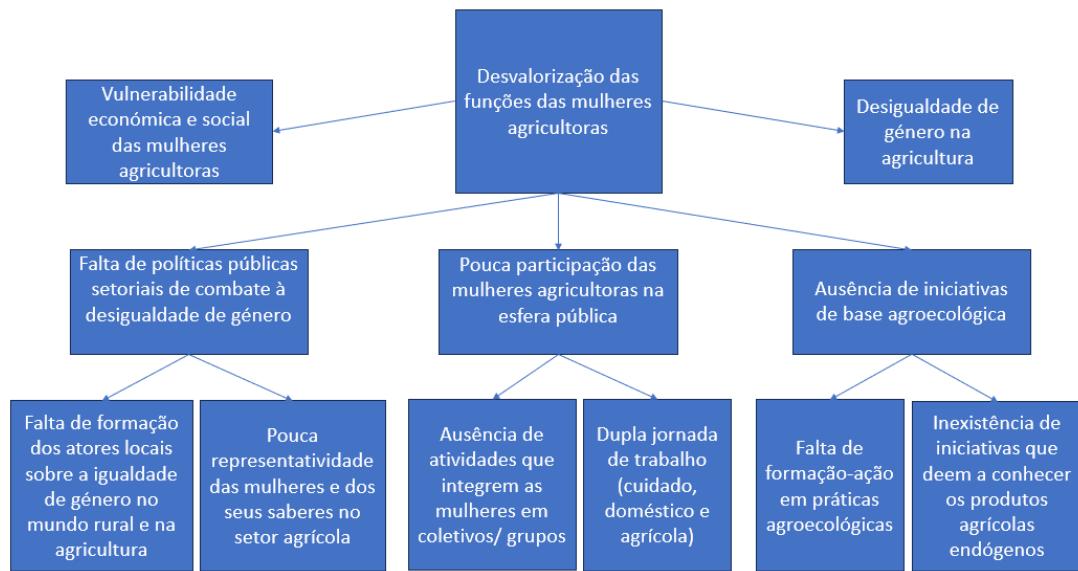


Figura 2 – Árvore de problemas do MAIs

Etapa 3 – Árvore de objetivos

Nesta etapa definem-se os objetivos e resultados esperados com a mudança, em conjunto com as partes interessadas. Os objetivos a elencar devem ser específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, de forma a cumprir os critérios *SMART* (Locke & Latham, 2013). A definição dos objetivos através da árvore de objetivos (Figura 3) vai permitir então a formulação das atividades.

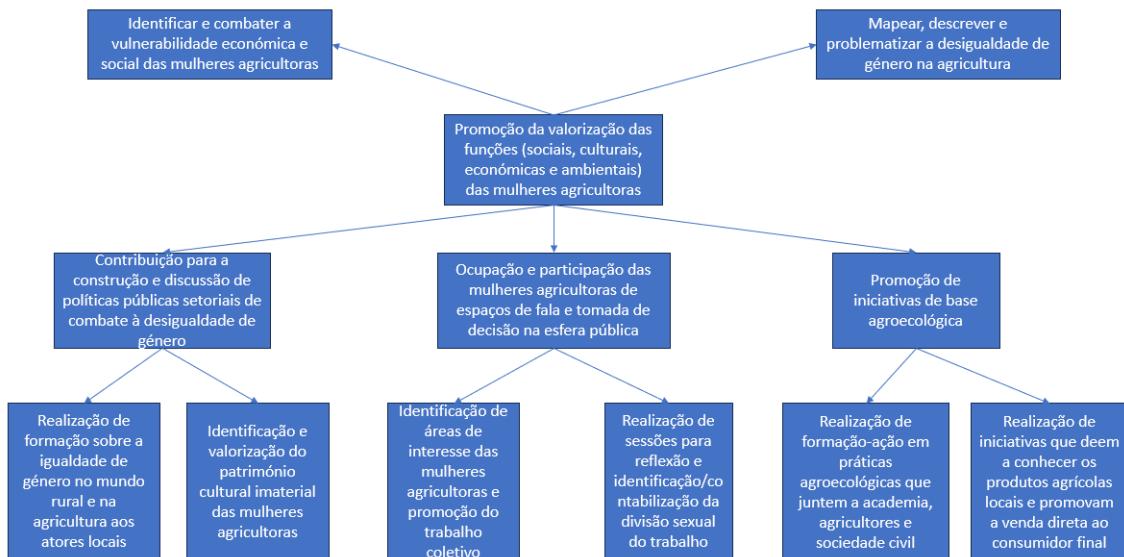


Figura 3 – Árvore de objetivos do MAIs

Etapa 4 - *Outputs, outcomes e Impacts*

A quarta etapa consiste em definir a lógica de intervenção e os níveis de mudança, ou seja, a partir dos problemas identificados encontram-se os impactos a longo prazo e definem-se as mudanças que o grupo deseja ver concretizadas.

As mudanças classificam-se em diferentes níveis:

- **Resultados diretos ou *Outputs*** – surgem diretamente da intervenção através das atividades realizadas e podem ser facilmente medidos;

Exemplo: Número de agricultoras formadas em práticas agroecológicas

- **Mudanças intermédias ou *Outcomes*** – derivam da utilização, incorporação ou amplificação dos efeitos imediatos pelos/as beneficiários/as diretos/as e ligam-se a modificações de desempenho, favoráveis ou desfavoráveis;

Exemplo: Os/as agricultores/as das aldeias de Rompecilha e Covelinhas passaram a ter uma maior compreensão da importância das práticas agroecológicas para os agroecossistemas e para a comunidade local

- **Impactos** –benefício(s), em termos de condições de vida, que devem ser sustentáveis a longo prazo, e que normalmente são alcançados após o término do projeto.

Exemplo: Melhoria do bem-estar socioeconómico do grupo de mulheres agricultoras do Sabugal e de S. Pedro do Sul impactadas pelo MAIs

Etapa 5 – Fatores-chave

Esta etapa centra-se na identificação dos fatores-chave que podem influenciar ou comprometer a mudança desejada. Prevê a consideração dos recursos, capacidades, barreiras, desafios e oportunidades do projeto. Esta etapa é fundamental para a ToC, já que permite identificar os resultados esperados e as externalidades, podendo estas últimas ser positivas ou negativas, conforme o sucesso ou insucesso da sua concretização no projeto, e que permitem a criação posterior de um plano de melhoria contínua para o pós-projeto (Funnel *et al.*, 2011).

Etapa 6 – Indicadores, metas e resultados

Nesta etapa define-se o conjunto de indicadores, metas e resultados, que têm como objetivo facilitar a monitorização e reajustamento do projeto se, e sempre que, necessário.

Exemplo:

Meta – Formar 30 agricultoras em informática nos concelhos de S. Pedro do Sul e Sabugal | Indicador – Número de pessoas formadas | Resultado – 25 agricultoras formadas em informática nos concelhos de S. Pedro do Sul e Sabugal

Etapa 7 – Mapa da ToC

Na sétima etapa constrói-se o mapa da ToC, que deve representar e explicar de forma gráfica como os fatores-chave da mudança se relacionam entre si e como contribuem para alcançar, ou não, os resultados pretendidos. Esta representação pode ser feita através de esquemas, diagramas, fluxogramas ou narrativas, tal como ocorreu no âmbito do processo da construção da ToC do Projeto MAIs (Figura 4) numa fase inicial do mesmo.

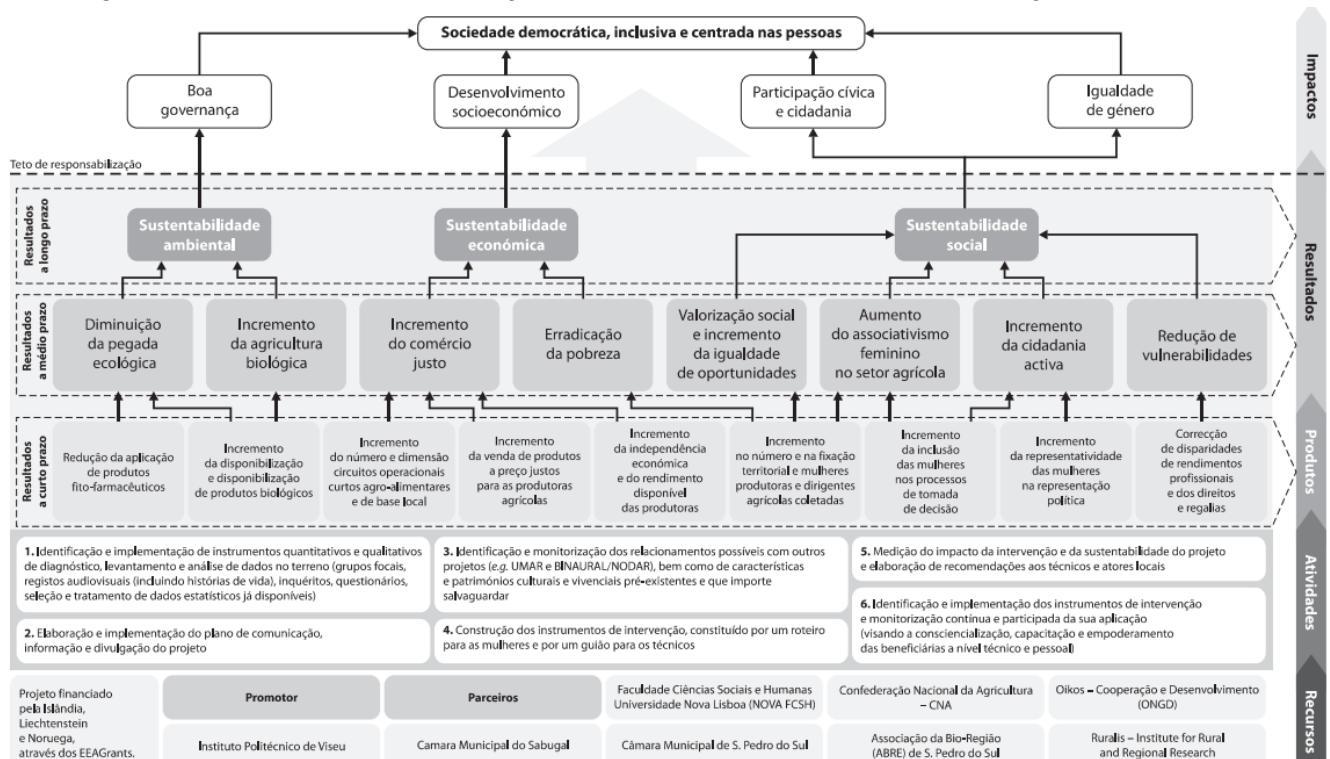
Figura 4 – A ToC do MAIs (Fonte da imagem: Rosa, 2021)

Etapa 8 – Implementação e monitorização

Na oitava e última etapa da ToC decorre a implementação e monitorização do projeto desenhado. Nesta etapa, importa ter sempre presente que a ToC prevê e permite a sua própria reformulação e adaptação, consoante as mudanças que vão ocorrendo na realidade social da intervenção. Assim, devem realizar-se reuniões periódicas para recolher o feedback das partes interessadas e ajustar as estratégias/atividades inicialmente previstas, com base nas aprendizagens adquiridas e mudanças ocorridas.

Externalidades e melhoria contínua

As mudanças podem, conforme já referido, levar à reformulação do mapa da ToC. No entanto, dependendo da fase do projeto em que estas mudanças são sentidas, ou podendo existir mudanças impossíveis de concretizar no momento do projeto, pode criar-se um mapa de externalidades da própria ToC, sendo que estas são positivas ou negativas, consoante a interpretação dos resultados esperados vs. alcançados serem



melhorias ou incumprimentos.

Pode também elaborar-se um plano de melhoria contínua (Figura 5), que permitirá identificar os processos não cumpridos na ToC (por não estarem contemplados, por

impossibilidades alheias ao projeto, ou por diversas outras razões) o que permitirá que estes sejam melhorados em projetos futuros dentro do âmbito do MAIs.

Importa salientar que a TdM varia de projeto para projeto e pode assumir diferentes formas devido a diversos fatores, nomeadamente:

cada projeto é único em termos de contexto, objetivos e desafios específicos, por isso é preciso ter em conta que o que funciona num contexto pode não ser aplicável noutro;

projetos que adotam uma abordagem participativa, envolvemativamente as partes interessadas na elaboração da TdM, o que resulta em abordagens personalizadas que refletem as perspetivas, percepções e contributos únicos do grupo envolvido;

a mudança é um processo complexo e mutável, de acordo com a realidade social onde se insere; neste sentido, os resultados atingidos assumem maior ou menor dimensão/ajuste de acordo com o problema social e as condições externas ao mesmo (mudanças políticas, económicas, crises, pandemias);

a disponibilidade de recursos (tempo, financiamento, recursos humanos, recursos materiais) influencia a forma como a TdM é desenvolvida e implementada e, muitas vezes, as previsões iniciais podem diferir muito das necessidades reais verificadas ao longo do processo, o que significa que é necessária uma grande flexibilidade da entidade financiadora/provedora de recursos.

Referências

- Funnel, S. C., & Rogers, P. J. (2011). Purposeful program theory: Effective use of theories of change and logic models (Vol. 31). John Wiley & Sons
- Mayne, J. (2017). Theory of change analysis: Building robust theories of change. Canadian Journal of Program Evaluation, 32(2)
- UNDG. 2016. THEORY OF CHANGE UNDAF CAMPANION GUIDANCE. United Nations Development Group, Rome, 14 pp. <https://unsdg.un.org/sites/default/files/UNDG-UNDAF-Companion-Pieces-7-Theory-of-Change.pdf>
- Center of Theory of Change. (2023). What is Theory of Change?. Center of Theory of Change. Disponível em: <https://www.theoryofchange.org/what-is-theory-of-change/>
- Locke, E. A. & Latham G. P. (2013). Goal-setting theory, 1990. In Locke EA, Latham GP (Eds) New Developments in Goal-Setting and Task Performance. Routledge, New York NY
- Rosa, R. (2021). A teoria da mudança na intervenção social. Manual para a intervenção social: da teoria à ação, 57-73.

Agricultura familiar e agroecologia. O papel central das mulheres agricultoras

Cristina Amaro COSTA^{1,2}, Ana Luisa AMARAL¹, Diana GOMES¹, Cristina BANDEIRA¹,
Inês Costa PEREIRA^{1,2}, Joana SIMÕES¹

¹ Escola Superior Agrária de Viseu | Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

2 CERNAS – IPV, Viseu, Portugal

1. Introdução

Os sistemas agrícolas, ou agroecossistemas, resultam da coevolução entre o ser humano e a natureza. Nestes agroecossistemas, acumulam-se, ao longo dos séculos, experiências e conhecimento trazido pelas mãos de agricultores e agricultoras, na procura de desenhos e formas de produção mais produtivas e/ou sustentáveis. No contexto da agricultura familiar¹, as práticas agroecológicas têm sido, e são, pilares do sucesso das explorações, do dinamismo rural e da resiliência face a fatores externos como as alterações climáticas, as flutuações de mercado ou a perda de biodiversidade. A agroecologia, baseada em princípios ecológicos de gestão de agroecossistemas produtivos que preservam os recursos naturais, respeitam a cultura local, e são socialmente justos e economicamente viáveis, tem o potencial para ser um instrumento essencial à promoção de um setor agrícola sustentável e permitir o equilíbrio entre os limites dos recursos naturais e as necessidades da sociedade.

Neste contexto, o presente trabalho irá abordar experiências nacionais que procuram reavivar o papel das mulheres agricultoras nos sistemas agrícolas tradicionais, promotores de sustentabilidade e resiliência e identificar casos de boas práticas onde os referenciais agroecológicos têm sido partilhados, absorvidos e fortalecidos pela agricultura familiar, centrados no papel da mulher.

Finalmente, serão identificadas algumas medidas e propostas de suporte da agricultura familiar enquanto agente de coesão e dinamização dos territórios rurais, através da agroecologia e de outras práticas associadas ao carácter inovador das mulheres agricultoras.

2. A agricultura familiar e o papel das mulheres agricultoras

A agricultura familiar foi, desde sempre, um dos fatores essenciais para a permanência de populações em regiões rurais, onde as comunidades criadas asseguram a ocupação dos territórios, a manutenção das tradições e conhecimento, da atividade agrícola, pecuária e florestal, e a conservação da biodiversidade e das paisagens (FAO & IFAD, 2019; Rivera & Álvarez, 2017; Van der Ploeg, 2013)

¹ O conceito de agricultura familiar é aqui entendido como a forma de organização agrícola, florestal, pastoril e aquícola, gerida e operada por uma família, predominantemente apoiada no trabalho da família, onde casa e exploração agrícola estão ligadas, co-evoluem e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais.

As mulheres agricultoras, especialmente as camponesas e as agricultoras familiares, são fundamentais para a reconstrução de melhores sistemas alimentares (Rist et al., 2021). De facto, diversas estimativas indicam que entre 60 e 70% dos alimentos do mundo são produzidos por pequenos agricultores em 30% da superfície agrícola global, e que mais de metade destes alimentos são produzidos por mulheres (Lowder et al., 2014; Margulis & Claeys, 2015; Ritchie, 2021; Zahaikevitch et al., 2022).

Na Europa, 30,1% das explorações agrícolas são chefiadas por mulheres agricultoras. Portugal está acima desta média, com 33,3% das explorações agrícolas geridas por mulheres (GPP, 2022). Por outro lado, as mulheres respondem por cerca de metade do trabalho agrícola do mundo (em Portugal, os números oficiais referem que 29% da população empregada no setor primário eram mulheres), desde a produção à venda (Doss, 2014; Ferreira, 2017; Trauger, 2004). Desde 2009 que o perfil do produtor agrícola tem vindo a demonstrar a manutenção da representatividade de género, observando-se em todo o caso um ligeiro aumento da importância relativa das mulheres produtoras agrícolas (+2 p.p. que em 2009) (INE, 2021). Contudo, o papel das mulheres agricultoras permanece subestimado - esta subestimação do trabalho feminino rural é frequentemente referida nos estudos sobre o setor como 'invisibilidade das mulheres', uma vez que este fica muitas vezes fechado e escondido na categoria de 'ajuda' ao trabalho de uma figura masculina, normalmente o marido ou o pai.

Esta invisibilização expressa-se nas estatísticas oficiais, na medida em que a mulher agricultora aparece como ajudante ou trabalhadora doméstica, e no trabalho agrícola não remunerado (isto deve-se ao facto de que muitas vezes o trabalho na exploração agrícola familiar é visto como uma extensão do trabalho no espaço doméstico devido à sua proximidade da casa) que quando é remunerado é-o em valor inferior, dando manutenção às desigualdades de género (Margulis & Claeys, 2015; Nobre et al., 2014).

A progressiva afirmação das mulheres no espaço rural, decorre, em grande parte, das transformações estruturais na própria agricultura, tanto técnicas, sociais e económicas e sobretudo, com o aumento de modalidades de pluriatividade. Ainda assim, em todo o território rural, mantém-se enraizadas práticas sociais patriarcais , que restringem as mulheres ao espaço privado da casa, onde são as “(...) *protagonistas das narrativas que envolvem família, cuidados com os filhos e relações amorosas (...) para os homens, a rua e o café*” (Carmo, 2020).

A resiliência da agricultura familiar, das paisagens agrícolas e das comunidades rurais, associa-se ao papel real e transformador das mulheres agricultoras. A abordagem aos sistemas agrícolas, centradas na visão e propósito das mulheres, é usualmente focada na manutenção e continuidade da vida e não tanto no mercado. Trata-se de uma agricultura baseada nos conhecimentos ancestrais, nas variedades tradicionais, na biodiversidade, na garantia de alimentos saudáveis, nutritivos e diversos em cada contexto cultural, no cuidado dos recursos naturais e serviços ecossistémicos de que dependem para o bem-estar das suas comunidades, ou seja, centrada nos princípios e pilares da agroecologia.

São diversos os motivos que levam as mulheres agricultoras a transitar e manter sistemas alimentares sustentáveis, nomeadamente manter a produção de alimentos à sua responsabilidade permite reforçar a sua independência e autonomia, ao obterem um rendimento (e alimentos) para a família e para si (Nobre et al., 2014; Rist et al., 2021).

Em geral, as mulheres agricultoras adotam uma abordagem sistémica e agroecológica dos sistemas alimentares: frequentemente substituem fatores de produção comerciais por outros existentes na exploração, como os estrumes, composto, soluções de proteção das culturas de origem natural; em geral, selecionam e multiplicam as espécies que utilizam na horta; procuram reconhecer através da experiência as melhores soluções e ensinam os seus conhecimentos aos seus pares (Rist et al., 2021).

Por outro lado, as mulheres agricultoras procuram manter-se independentes, trabalhar com vizinhos em quem confiam e desenvolver o conhecimento na sua própria comunidade, em vez de dependerem de serviços e tecnologias dispendiosos de entidades externas.

Procuram assegurar dietas saudáveis às suas famílias e comunidades e contribuem substancialmente para a realização autónoma do direito à alimentação. Para a comercialização dos seus produtos, procuram mercados de proximidade e o contacto direto com os consumidores finais de modo a obterem um preço mais adequado pelos seus produtos. Deste modo, estão também mais independentes dos preços voláteis dos mercados internacionais de produtos e dos fatores de produção.

3. Que futuro para a agroecologia com as mulheres agricultoras?

A agricultura familiar e a agroecologia assumem realidades (problemas e soluções) muito diferentes em função dos seus contextos geográficos e socioeconómicos, pelo que é urgente compreender melhor as desvantagens e desigualdades enfrentadas pelas mulheres na agricultura familiar particularmente no que diz respeito ao acesso à terra e à ocupação do papel de chefe de exploração. Tal compreensão exige abordagens interdisciplinares, que incluem os agricultores e famílias, para encontrar soluções para uma multiplicidade de desafios, que vão desde a produção, acesso e consumo de alimentos, acesso à terra, geração de rendimento, gestão da biodiversidade e paisagem, manutenção de comunidades rurais, tradições e conhecimento e devem incluir a necessidade de promover a igualdade de género da agricultura e assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada (Allen, 2002; Formoso, 2021; Gomes, 2022; Gomes et al., 2022; Margulis & Claeys, 2015; Trap & Blanchart, 2023; Verger & Le Bars, 2024).

À escala internacional, são diversos os documentos e mecanismos regulamentares que promovem a agricultura familiar enquanto agente de coeiro e dinamização dos territórios rurais, através da agroecologia e de outras práticas associadas ao carácter inovador das mulheres agricultoras.

Por exemplo, o Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar (2019-2028), promovido pela Organização das Nações Unidas, tem um pilar de atuação centrado na promoção da equidade de género e da liderança por mulheres rurais. No mesmo sentido, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, no âmbito da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, define objetivos estratégicos e ações específicas para a igualdade de género, que se traduzem no tema prioritário “*Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e a capacitação das mulheres e raparigas rurais*” (ESC, 2018).

Também a União Europeia apresentou recentemente uma resolução relativa ao “Papel das mulheres na agricultura e nas zonas rurais” (Resolução do Parlamento Europeu 2018/C 298/02, de 4 de abril de 2017), onde se alerta para a discrepância entre a

importância do trabalho das mulheres rurais (47% dos 26,7 milhões de pessoas que trabalham na agricultura, na União Europeia, são mulheres e um quinto das empresas agrícolas é gerido por mulheres).

Em Portugal, o Ministério da Agricultura apresentou em 2014 um Plano para a Igualdade de Género, que tinha como referência nacional o V Plano Nacional para a Igualdade (V PNI), e que incluiu medidas específicas para a agricultura, mar e pescas (MAM, 2015), como a promoção de coletivos de mulheres agricultoras e de iniciativas de empreendedorismo feminino. Até à data, ainda que tenham sido desenvolvidas atividades que contribuam para estes objetivos, informação sobre as mesmas e seus resultados não está disponível.

Em 2020, no contexto da 'Agenda da Inovação para a Agricultura: Terra Futura', documento de política pública para o setor, apesar de conter uma referência à necessidade de colmatar as desigualdades existentes, em particular relativamente à necessidade de atrair jovens para a agricultura, não menciona quaisquer medidas que permitam promover a equidade de género neste setor.

O Património Cultural Imaterial na promoção do papel das mulheres agricultoras

Rosário ROSA¹

¹ Universidade Aberta, Lisboa, Portugal; Centro de Ecologia Funcional e Laboratório Associado TERRA, Coimbra, Portugal; CICS-NOVA/ONVG, Lisboa, Portugal,
maria.rosa@uab.pt

1. Introdução

Tal como Simone de Beauvoir refere a propósito das mulheres, também o Património não nasce, mas torna-se. O Património é uma construção social, genderizada, resultante da relação de forças de poder existente nas estruturas sociais, que vai determinando o que é e o que o integra. Ao longo da história, o Património conheceu diferentes perspetivas, sentidos e significados, desempenhando um papel fundamental na construção das identidades das diferentes comunidades e na preservação da diversidade cultural.

O primeiro grande marco na valorização do Património mundial aconteceu em 1972, com a '*Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural*' da Unesco. É também na década de 70, com o fim do período ditatorial, que Portugal conheceu transformações importantes associadas ao Património, com a passagem de conceções e políticas que se centravam no Estado e no Património material para o alargamento a outros protagonistas e expressões patrimoniais, como as imateriais.

Cerca de dez anos depois, em 2003, com a '*Convenção para a salvaguarda do Património cultural imaterial*', assiste-se a uma mudança importante no paradigma relativo ao Património, menos centrado no Estado e nos governos, que, como refere Sousa (2018) distancia-se da narrativa tradicionalista e clássica. Este novo paradigma é marcado por uma perspetiva mais humanista e participativa e por algumas redefinições de conceitos. "Especialmente na Europa o conceito de "cultura imaterial" redefine conceitos como "folclore" ou "cultura popular", principalmente em países onde, no século passado, a "etnografia nacionalista" e ditatorial deixou um forte legado e o conceito de "folclore" ainda está associado a Estados e regimes que usam a cultura popular como instrumento de aculturação, ligando a ideia de tradição ao movimento nacionalista, aos conceitos de "autenticidade", de "típico" e de "pitoresco" (Costa, 2008, 2013; Khaznadár, 2013; Leal, 2009, 2013; Pereiro, 2006; Sousa, 2015 cit in Sousa, 2018, p 4).

O Património cultural imaterial (PCI) é, então, definido como "(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu Património cultural" (Unesco, 2003, p.3).

Com esta definição, o PCI passa a ser definido pelo que as comunidades, grupos ou indivíduos entendem como tal (UNESCO, 2003). São as/os suas/seus detentores que escolhem e decidem sobre as tradições com que se identificam, que querem e como querem manter vivas:

São os atores locais portadores do Património cultural intangível que devem definir em que consistem as suas práticas. O futuro deste Património depende, pois, da dinâmica social, do desenvolvimento da prática de acordo com o que foi definido como pertencente (e não pertencente) a uma certa tradição. (Cabeça, 2018, p.8)

Se é consensual que este processo torna o Património mais democrático e participado, não o isenta das relações desiguais de poder existentes nas comunidades. Como refere Filomena Sousa:

(...) sendo a patrimonialização um mecanismo de legitimação da identidade, convém não simplificar ou definir um conceito de “comunidade” superficial e idealizado. É importante assumir que esse processo implicará, dentro das comunidades, tensões, afirmações de poder, dialéticas e negociações (Pereiro, 2006; Sousa, 2015 cit in Sousa, 2018, p.9).

Uma das expressões dessas desigualdades evidencia-se nas mulheres, que, à semelhança do que acontece em outras dimensões da vida, têm sido sub-representadas nas políticas do Património, como é reconhecido por vários autores: “Interpretações androcéntricas de Património têm sido observadas como dominantes na forma como o Património está identificado e selecionado em âmbitos nacionais e internacionais (Moghadam; Bagheritari, 2005; Labadi, 2023 cit in Unesco, 2021, p.36).

O Património tem sido, desde sempre, dominado por uma perspetiva masculina, que validou e engrandeceu a história dos homens, as suas práticas e o seu trabalho, secundarizando e invisibilizando a das mulheres. Assim, o Património é permeado pelo género na forma como é definido, compreendido e falado e, por sua vez, na forma como reproduz e legitima as identidades de género e os valores sociais que as sustentam (Smith, 2008 cit in Colella, 2018, p.251).

Só em 2014 é que a UNESCO divulgou um relatório com o título ‘*Gender equality, heritage and creativity*’², em que destaca a dimensão de género, reconhecendo a importância do papel das mulheres enquanto guardiãs e transmissoras de saberes e alerta para as desigualdades que persistem em relação à visibilidade do seu Património, deixando claro que muito trabalho está por fazer neste domínio:

Por meio do Património (...) podemos entender, de forma clara, que o status da mulher na sociedade – politicamente, legalmente, socialmente, economicamente – foi fundamentalmente reduzido no mundo inteiro ao longo de grande parte da história humana. Há uma necessidade de determinar até onde todo o processo

² Publicado em português: Unesco (2021). Igualdade de Género, Património e Criatividade

de identificação, interpretação, conservação/salvaguarda e gestão do Património cultural é inclusivo e participativo. (Unesco, 2021, p.19).

A proposta deste capítulo parte, assim, de uma perspetiva genderizada do PCI marcada por persistentes desigualdades de género que se evidenciam também neste sector, para uma reflexão sobre as potencialidades do PCI enquanto instrumento de promoção da igualdade de género, na preservação das identidades e recuperação das memórias, no empoderamento e reconhecimento do papel das mulheres, tendo como referência o trabalho realizado com mulheres agricultoras no projeto *MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior*³.

2. PCI e desigualdades de género

Os valores, normas e regras relacionadas com o género diferem no tempo, e entre sociedades, comunidades e grupos. O género, embora não seja compreendido universalmente da mesma forma, tem sido um marcador de desigualdades sociais em todo o mundo. Podemos afirmar que em todas as culturas, o género determina, de forma diferenciada, poder, recursos e direitos para mulheres e homens. Por outro lado, também o Património não é estático nem neutro:

O Património, como outras áreas políticas, não existe em um vácuo, ele é moldado e reflete as estruturas de poder que regem os direitos e oportunidades dos géneros em determinada comunidade [pelo que aquilo] (...) que é valorizado e reconhecido como Património é significativamente impactado pelo género, e as dinâmicas desiguais de poder entre os géneros, na sociedade em geral, têm impacto direto sobre a definição de Património. (Unesco, 2021, p.36).

Todas as expressões do PCI transportam e transmitem normas, valores e saberes relacionados com os papéis e relações de género numa determinada comunidade. O PCI é inseparável da dimensão de género, uma vez que constitui um contexto privilegiado para moldar e transmitir papéis e identidades de género (Unesco, 2015; Colella, 2018). Deste modo, ter presentes as questões de género quando se trabalha com o PCI é fundamental tanto para o enriquecimento do Património como para a igualdade de género, (Unesco 2021).

Para entender os significados e consequências desta relação entre género e Património, é necessário compreender que este é uma construção cultural onde se conjugam escolhas, poderes e conflitos, e onde as próprias memórias não são isentas das relações de poder:

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservação e destruições. (Chagas, 2005, p.3)

³ - Para saber mais sobre o projeto: <http://events.ipv.pt/mais/>

Deste modo, a história das mulheres reflete-se na história do Património, em que se verifica uma primazia dada aos lugares, saberes e práticas dos homens, e ao esquecimento do 'mundo' das mulheres. Smith (2008 cit in Whittington, 2021) argumenta que a desigualdade de género no Património é simultaneamente uma causa e um efeito da desigualdade de género na sociedade em geral, refletindo as conexões intrínsecas entre os sistemas políticos e sociais e o domínio da cultura. Esta autora identifica duas formas significativas pelas quais esta desigualdade tem impacto no Património: a primeira observa-se na negligência dos registos do Património em preservar os locais e elementos de importância para a história e a experiência das mulheres; e a segunda na forma como as histórias são contadas nos museus e em outros lugares históricos, muitas vezes transmitindo e legitimando estereótipos de género dos homens e mulheres.

Perante estas evidentes desigualdades, a Unesco (2021, p.142) enfatiza a importância da igualdade de género na cultura para o desenvolvimento sustentável e reconhece as múltiplas desigualdades experienciadas pelas mulheres nesta área, nas dificuldades que estas enfrentam para serem vistas, ouvidas, reconhecidas e remuneradas.

Como força motriz e facilitadora do desenvolvimento sustentável, a cultura determina a maneira pela qual os indivíduos e as comunidades compreendem o mundo, e como imaginam e moldam o seu futuro. A construção de um futuro melhor (...) requer estratégias que assegurem que mulheres e homens tenham direitos iguais e oportunidades para participar plena e ativamente em todas as esferas da vida cultural.

A importância da igualdade de género para o desenvolvimento sustentável tem vindo a ser assinalada internacionalmente por diversas entidades e documentos orientadores das políticas públicas, de que é exemplo o facto de esta ser identificada na Agenda 30 (ONU, 2016) como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, reconhecendo-se o seu poder catalisador positivo para outros objetivos de desenvolvimento.

Para dar resposta às desigualdades de género no Património, a Unesco (2021) enfatiza a urgência em reforçar políticas, estratégias e campanhas nacionais e internacionais, e em incentivar o trabalho interdisciplinar nesta área, nomeadamente no que se refere a todas as etapas do PCI, o que é referido, logo no prefácio desta publicação, por Farida Shaheed:

A conquista de direitos culturais iguais exige que mulheres e meninas possam acessar, participar e contribuir para todos os aspectos da vida cultural, nas mesmas bases de homens e meninos. Isso inclui os direitos de classificar e interpretar igualmente o Patrimônio Cultural; decidir quais tradições culturais, valores ou práticas devem ser preservados; quais devem ser mantidos apesar de modificados, e quais podem desaparecer.

Fica, assim, evidente que trabalhar com o PCI implica equacionar as relações de género nele inscritas, assim como trabalhar na promoção da igualdade de género deve cuidar e integrar a diversidade de patrimónios das mulheres e dos homens, respeitando as suas identidades e possibilitando novas narrativas compatíveis com os tempos e com as percepções das/os suas/seus praticantes.

3. O PCI como instrumento de promoção do papel das mulheres agricultoras

Como temos referido, as mulheres, e as mulheres agricultoras em particular, sofrem múltiplas desigualdades, em Portugal, e um pouco por todo o mundo (de recursos, mobilidade, direitos laborais, rendimentos, visibilidade, representatividade, etc), e elas são também fortemente afetadas pelas políticas patriarcais sobre o Património e a cultura. Isto apesar das mulheres desempenharem um papel fundamental nas suas famílias e comunidades, assim como na transmissão intergeracional do Património cultural. Seja através das histórias contadas, das canções de embalar e de trabalho, de práticas artesanais, gastronómicas e de cultivo, as mulheres agricultoras sempre desempenharam um papel vital na preservação e continuidade das práticas culturais nas comunidades rurais.

No entanto, muitas vezes essas práticas e saberes, foram invisibilizados ou menosprezados, por estarem associados ao espaço privado, historicamente menos valorizado do que o espaço público. O silenciamento das mulheres, muitas vezes resultado de normas culturais opressivas vigentes, reflete-se não apenas no seu tempo presente, mas também no que ficou esquecido no passado e que lhes condiciona o futuro. Como refere Simone Weil (1943, p.418):

A oposição entre futuro e passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada: somos nós que, para construí-lo, temos de dar-lhes tudo, dar-lhes até a nossa vida. Mas para dar, é necessário possuir; e nós não possuímos outra vida, outro sangue, além dos tesouros herdados do passado e dirigidos, assimilados, recriados por nós. Entre todas as exigências da alma humana, nenhuma é mais vital do que a do passado.

Neste sentido, a promoção da identificação, salvaguarda e divulgação do Património imaterial das mulheres agricultoras, contribui para resgatar e reconstruir esse passado, muitas vezes esquecido e desvalorizado. Sendo o PCI entendido como o que as comunidades definem como tal, é necessário que estes processos não secundarizem as mulheres. Isto é crucial não só para o reconhecimento do protagonismo dessas mulheres na preservação das práticas e saberes tradicionais que querem manter, assim como no respeito por aquelas com que já não se identificam, e das quais se pretendem desvincular.

O reconhecimento e valorização das contribuições específicas das mulheres para o Património imaterial que estas consideram como tal, permite enaltecer as suas memórias e reforçar as suas identidades: “O passado permanece em contínua reconstrução pela memória coletiva” (Frochtengarten, 2005, p.367). A promoção de narrativas que destacam as contribuições das mulheres, fortalece o seu empoderamento, assim como desafia e desconstrói estereótipos prejudiciais existentes. O fortalecimento da identidade das mulheres, integradas nas suas comunidades, é um componente-chave para alcançar a igualdade de gênero.

A opção em trabalhar algumas expressões do PCI no projeto *MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior* resultou das conversas com as agricultoras e com os/as informantes privilegiados/as, e enquadrou-se num dos eixos de intervenção do projeto focado na promoção da participação e do papel das mulheres agricultoras no espaço público. Procedeu-se ao trabalho de recolha, registo e divulgação de algumas das práticas tradicionais (linho, e lã, em São Pedro do Sul; bracejo, enchidos e usos da castanha, no Sabugal) que estas mulheres ainda hoje mantêm vivas nas suas aldeias.

Não sendo o projeto MAIs especificamente sobre PCI, mas sobre igualdade de género, o foco principal foi: i) por um lado, o processo de recolha, através das entrevistas, e conversas informais, individuais e em grupo com as mulheres agricultoras, em que foram consideradas as suas memórias, significados, vivências, receios e expectativas associadas a estas práticas e saberes, assim como as suas percepções sobre o papel das mulheres (no presente e no passado) na salvaguarda e transmissão destas manifestações de PCI; ii) e por outro lado, o processo de divulgação no espaço público, através de breves documentários em vídeo, e de uma exposição fotográfica sobre o PCI recolhido e as suas detentoras, que esteve aberta ao público em cada um dos concelhos onde decorreu o projeto.

Tendo por referência as dimensões de liberdade e de fraternidade que Patrice Béghain (2012) associa à sua conceção de Património, acrescentamos, neste projeto, a igualdade, como o desafio que as complementa. O Património é um instrumento de liberdade porque estando enraizado nas memórias do passado, se renova no presente e serve de alicerce para o futuro. Também é um instrumento de fraternidade pela sua pluralidade, porque envolve sempre um coletivo, uma identidade partilhada e uma transmissão intergeracional, no respeito pelos/as mais velhos/as e acolhimento dos/as mais novos/as. E deve ainda constituir-se como um instrumento de igualdade (neste caso, de género) ampliando e reconhecendo a diversidade de práticas culturais e de saberes das mulheres, recuperando memórias silenciadas ou oprimidas, e questionando estereótipos e narrativas que foram construídas e cristalizadas em função das forças desiguais de poder que desvalorizam as mulheres, assim como as práticas e saberes associadas aos espaços domésticos e às tarefas do cuidar.

Estas três dimensões estão presentes nas narrativas das mulheres que participaram no projeto MAIs, sobretudo nas mulheres de São Pedro do Sul ligadas ao Ciclo do Linho e ao Ciclo da Lã, que já trabalhavam em grupo, nas associações das suas aldeias, mantendo uma dinâmica coletiva em torno destas práticas. Os seus testemunhos evidenciam:

- A vontade de preservar as memórias e salvaguardar estes patrimónios, acreditando no seu contributo para a sustentabilidade das suas aldeias:

Os mais velhos foram morrendo, os jovens foram embora, e as coisas [trabalho com a lã] vão acabando. (Armandina, Covelinhas, São Pedro do Sul)

Como futuro do linho vejo-o um bocadinho escuro, embora o linho seja claro, vejo um futuro muito escuro porque não há [nos mais jovens] quem o faça (...) Agora é importante preservar o linho para a memória, os novos gostam de ver, gostam de lembrar. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

- O reconhecimento da importância identitária deste Património para o coletivo das mulheres e das suas comunidades:

Que [o linho] foi importante para as pessoas da minha idade e antes, foi...agora é uma tradição como outra qualquer que se vai perder, e é uma pena. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

Nós somos um bocado o que fomos em crianças, o nosso futuro tem que ter uma raiz no passado e no presente. Isso faz de nós aquilo que somos, por aquilo que fizemos quando éramos pequenas, e que vamos fazendo...faz de nós especiais, diferentes. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

- E o desejo de partilharem e de verem reconhecidos no espaço público os saberes e as práticas que guardam do passado, e que receiam que se percam no futuro:

"[Por causa do ciclo do linho] vem gente cá ao pé de nós ver os nossos trabalhos. A maior coisa que a gente gostava era de ter o nosso museu, onde a gente pudesse pôr lá tudo, e depois ver se viesse mais gente para trabalhar, para que não se deixasse acabar." (Cidalina Costa, Rompecilha, São Pedro do Sul)

Este trabalho desenvolvido no projeto MAIs, afirma o potencial do PCI como instrumento de promoção da igualdade de género nestas comunidades, desde que esteja garantido o interesse e vontade por parte dos elementos da comunidade, neste caso das mulheres agricultoras, bem como o seu envolvimento em todo o processo, numa lógica de co-construção. Só desta forma é possível aumentar a consciencialização (da comunidade e das próprias mulheres) sobre a importância do seu papel e do seu trabalho e ajudar a trazer para o espaço público o valor desse trabalho, dando-lhe uma maior visibilidade, tanto no que têm de tradicional, como nas eventuais práticas de inovação e adaptabilidade que se vão integrando nos processos de saber-fazer e que mantêm o Património vivo.

Não é, assim, difícil compreender a importância e o potencial do trabalho em torno do PCI nas comunidades rurais, sobretudo no interior de Portugal, marcadamente envelhecidas e despovoadas, mas detentoras de um vasto Património imaterial, em grande parte associado às mulheres, que se encontra em risco de desaparecer. Para tal, é necessário agir no presente, de forma crítica e plural:

Construir uma sociedade plural, democrática e igualitária não significa um mero agir no presente: implica também o dever de lançarmos o olhar para o passado e, presentificando nossa memória coletiva, sermos capazes de modificar pontos de vista acerca da cultura; de viabilizarmos as vozes e as práticas silenciadas por discursos de exclusão; e ainda, de valorizarmos as experiências desses mesmos grupos, relegados ou cerceados, alvos de censura ou reprimenda a

práticas culturais então consideradas inferiores. (Losandro Antônio Tedeschi, in UNESCO, 2021, p.8)

Para concluir, importa realçar que a igualdade de género não beneficia apenas as mulheres, mas toda a comunidade, ao promover uma maior coesão social e sentido de pertença, enriquecida em toda a sua diversidade cultural, assim como a sustentabilidade dos seus territórios:

Compreender o que cada lugar encerra de especial através do envolvimento das comunidades poderá contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e trazer benefícios económicos para as comunidades e regiões. Ao ligar o Património cultural ao seu território e às suas comunidades, situando-se num espaço e num tempo, os bens culturais significativos, tangíveis e intangíveis, emergem para criar lugares distintos, fortalecer a identidade local e promover o uso de recursos locais (humanos, naturais, culturais, sociais). (Cabeça, 2018, p.5)

Bibliografia

- Béghain, P. (2012). *Patrimoine, politique et société*. La Bibliothèque du citoyen. Presses de Sciences Po.
- Cabeça, S. M. (2018). Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentável para o Património Cultural Imaterial. *Revista MEMORIAMEDIA*, 3(5).
- Carvalho, A. (2022). Intangible cultural heritage and public policies in Portugal: An overview. In Konvit, F. T. B., Conde, A. F., & Bombico, S. (Eds.) *Intangible Cultural Heritage and Digital Image: Portugal-Slovakia Readings* (pp. 46 – 63).
- Chagas, M. (2005). Cultura, Património e Memória. *Revista Museu*. <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2005/3099-cultura-patrimonio-e-memoria.html> [Consultado em 02/02/2024]
- Colella, S. (2018). «Not a mere tangential outbreak»: gender, feminism and cultural heritage. *Il Capitale Culturale*, n.18, 251-275.
- Frochtengarten, F. (2005). A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos avançados*, 18 (55).
- ONU (2016). *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Organização das Nações Unidas.
- Pereiro, X. (2006) Património cultural: o casamento entre património e cultura. *ADRA*, nº 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego. 23-41
- Sousa, F. (2018). *A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. O papel das Comunidades, Grupos e Individuos*. Memoria Imaterial CRL.
- Sousa, F. (2015). *Intangible cultural heritage. Memoriamedia e-Museum- methods, techniques and practices*. Lisboa. Memória Imaterial CRL. https://www.memoriamedia.net/pci_docs/ICHMEMORIAMEDIA METHODS PRACTICES web.pdf [Consultado em 02/02/2024]

UNESCO (1972). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*.

UNESCO (1989). *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*. Twenty-fifth session, Paris, France. 17 October-16 November.

UNESCO (1999). *International Conference 'A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation'*, Washington, U.S.A. 23-30 June.

UNESCO (2001). *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESCO (2002). *Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity. Third Round Table of Ministers of Culture*. Istanbul, Turkey. 16-17 September.

UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESCO. (2021). *Igualdade de Género, Património e Criatividade*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Weil, S. (1943). *O desenraizamento operário*. In Ecléa Bosi, *A condição operária e outros estudos sobre a opressão (Antologia)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Whittington, V. (2021). Gender and Human Rights Within UNESCO's International Heritage Discourse: An Analysis of the World Heritage and Intangible Heritage Conventions. *Heritage & Society*, 14:2-3, 242-266.

(Projeto) MAIs: Construção Comunitária

DIANA GOMES¹, Cristina Bandeira², Cristina Amaro da Costa^{1,3}

¹Instituto Politécnico de Viseu

²Associação Fragas e UMAR (União Mulheres Alternativa Resposta);

³CERNAS (Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade)

1. Introdução

Há que ter em atenção a pluralidade de conceitos: desenvolvimento local, construção comunitária, participação cívica, educação popular são conceitos diferentes, que podendo ser refletidos em conjunto, tem que ficar claro que não se trata da mesma coisa, e como é que eles se articulam para sustentar a construção comunitária, que está no título. Tendencialmente a expressão “Desenvolvimento Comunitário” é mais entendível em contextos culturais e sociais mais coletivos e comunitários (por exemplo, mais na Europa do Sul, do que na do Norte, e mais em África e na América Latina, do que na Europa e na América do Norte) e “Desenvolvimento Local”, exatamente ao contrário, e em contextos mais académicos, intelectuais e institucionais (Roque Amaro, 2018).

De acordo com Costa e Silva (2018), após décadas de predominância de um paradigma centralista imposto globalmente, surgem novas abordagens que visam recuperar e reivindicar uma maior capacitação dos cidadãos e da sociedade civil na gestão de seus próprios interesses, através do processo de empoderamento social e político. Destacam-se as teses do paradigma de desenvolvimento centrado na produção (*Production Center Development*) ou na economia (*Economic Center Development*) (Hickey & Mohan, 2004), cuja ação centralizadora, conduzida pelos poderes centrais e por uma economia convencional sem preocupações de sustentabilidade, resultou num desvio significativo da ação coletiva e gerou uma perda de poder de decisão dos cidadãos (Friedmann, 1992). Foi em resposta a esse déficit de envolvimento e aos fracassos dos processos de desenvolvimento centralizado, que causaram amplos fenómenos de pobreza e exclusão, que surgiu o paradigma de desenvolvimento centrado nas pessoas (*People Centered Development*) (Hickey & Mohan, 2004).

Este modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas é considerado mais descentralizado e local, promove uma maior participação das pessoas e maior empoderamento e sustentabilidade comunitária. Esta foi uma clara mudança de mentalidade e foco na ação política de desenvolvimento, que vem substituir o paradigma das abordagens “top down” por abordagens “bottom-up”, em particular quando se pretendem envolver e promover mudanças junto de comunidades. Nesta nova perspetiva, o capital social das comunidades, juntamente com a participação direta e as ações conducentes ao seu empoderamento, são vistos como fundamentais.

Empoderar uma comunidade significa conscientizá-la de que é possível melhorar as suas condições de vida e expandir a economia doméstica para esferas maiores da prática social (nomeadamente ao criar a perspetiva empresarial, aos níveis macro e meso), antes de retornar à microeconomia das comunidades locais, onde as unidades domésticas e suas participações se tornam visíveis novamente (Friedmann, 1992). O

empoderamento inclui uma natureza social (influência pública), política (participação nas decisões políticas locais) e psicológica (estímulo à autonomia e ao desenvolvimento pessoal e de grupos) (Costa e Silva, 2018).

Neste contexto, desenvolvimento comunitário inclui também o empoderamento comunitário e o reconhecimento do poder do capital social da comunidade, como elemento mediador e crucial para facilitar e mobilizar a participação direta e ativa da comunidade.

O Desenvolvimento Comunitário⁴ pode ser entendido como um processo de mudança, centrado numa comunidade de pequena dimensão, que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, com o objetivo de aumentar o seu bem-estar e a partir de processos que valorizem as suas capacidades e recursos endógenos (Roque Amaro, 2018). Tal processo implica uma metodologia assente em pedagogia da participação e de autonomização da comunidade; apoio de recursos exógenos de variados tipos, que potencializem os endógenos, numa perspetiva integrada e multidimensional e numa lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação entre as instituições e os serviços que operam na comunidade; e ainda uma grande diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada comunidade.

Pode, assim, afirmar-se que o conceito de Desenvolvimento Comunitário é composto por:

- territorialização ou enraizamento na comunidade;
- participação ou envolvimento ativo da comunidade;
- visão integrada dos problemas e das soluções;
- trabalho em parceria, implicando a articulação com outras entidades;
- flexibilidade das ações e dos caminhos a percorrer;
- planeamento das ações, com improviso e flexibilidade de adaptação, sempre que necessário;
- avaliação permanente, para correção e flexibilização, sempre que necessário;
- adoção de uma perspetiva contínua de investigação-ação
- conjugação de competências éticas (valores de referência), relacionais e técnicas.

Para se obter os melhores resultados com processos de investigação-ação deste tipo, os elementos da equipa de intervenção devem assumir diversos papéis adequados aos desafios que têm pela frente, nomeadamente: semeador/a, desocultador/a (de competências, recursos e vozes), facilitador/a e mobilizador/a das condições e fatores de concretização de desenvolvimento comunitário e de um grupo comunitário (GC). Em suma, deve ser capaz de: desencadear e iniciar o processo de criação do GC; apoiar no diagnóstico (ou pré-diagnóstico) inicial e na sua sistematização; desocultar recursos, talentos, competências, capacidades e saberes escondidos, marginalizados ou subaproveitados; facilitar a reflexão conjunta inicial; mobilizar a Comunidade e a sua Participação; mobilizar os Parceiros - Instituições, Serviços e Empresas; esclarecer o

⁴ Tendencialmente a expressão “Desenvolvimento Comunitário” é utilizada em contextos culturais e sociais mais coletivos e comunitários (por exemplo, mais na Europa do Sul, do que na do Norte, e mais em África e na América Latina, do que na Europa e na América do Norte) e “Desenvolvimento Local” em contextos mais académicos, intelectuais e institucionais (Roque Amaro, 2018). Neste sentido, por este artigo se tratar de um relato de experiência a partir de um projeto de investigação-ação, optou-se pela utilização do conceito “Desenvolvimento Comunitário”.

que é um GC, quais os seus objetivos, vantagens, dificuldades e modos de funcionamento; contribuir para as ações de sensibilização, formação e capacitação da Comunidade e dos Parceiros sobre os desafios de um GC; ajudar a definir as regras e as condições de lançamento e de funcionamento do GC; dinamizar as atividades e projetos de arranque do GC; contrariar os momentos de desânimo e de desinteresse, mobilizando, animando e incentivando, a partir dos objetivos do GC e das necessidades da Comunidade.

No que diz respeito aos estudos rurais, o conceito de capital social tem sido utilizado enquanto fator que pode contribuir para o desenvolvimento local. Neste contexto, é importante considerar as possibilidades que surgem das diversas interações entre os diferentes atores, tanto internos quanto externos, em vários níveis estruturais - micro, meso e macro -, estas interações representam um dos aspectos cruciais a serem considerados para estimular o desenvolvimento dinâmico das comunidades. Alguns autores argumentam que a construção de capital social depende, em grande parte, da complementaridade entre as políticas públicas e os serviços oferecidos, juntamente com a habilidade das comunidades em estabelecer relações de confiança suficientes para se envolverem em iniciativas locais (Carmo, 2008). Nas áreas rurais periféricas, onde a base e as redes associativas são relativamente fracas, as instituições públicas devem desempenhar um papel intermediário entre a implementação de políticas e a necessidade de envolver os atores locais nas decisões e na aplicação prática de projetos. O conceito de "embeddedness" (EVANS, 1996) é fundamental para descrever essa ligação entre instituições públicas e agências, e o envolvimento dos atores locais no futuro de suas comunidades. De acordo com Evans (1996), embora a existência de redes densas e de alta confiança ao nível micro possam ser importantes, na maioria dos casos, esses elementos são insuficientes para gerar novas formas de cooperação capazes de mobilizar comunidades em torno de projetos específicos de desenvolvimento local e regional - essa capacidade requer o alinhamento entre programas e ações das instituições públicas e o interesse das organizações voluntárias e entidades privadas. Como iremos perceber mais à frente, o Projeto MAIs identificou algumas destas dificuldades e por isso pretendeu abrir um caminho no sentido de alargar o capital social (ao nível micro, meso e macro) das mulheres agricultoras das regiões de S. Pedro do Sul e Sabugal, começando por promover a sua organização enquanto comunidade (com base nos princípios da Educação Popular) e através da coorganização de atividades que trouxeram novas pessoas a visitar as suas aldeias e as levaram a conhecer outras realidades e experiências.

As aldeias aqui retratadas, Covelinhos e Rompecilha (pertencentes ao município de S. Pedro do Sul), têm sofrido grandes transformações sociodemográficas nos últimos anos, como é o caso do envelhecimento das suas populações. Para além disso, também enfrentam dificuldades em conseguir mobilizar-se coletivamente em torno de iniciativas concretas que têm surgido devido à ação isolada de determinados atores e grupos. O escasso envolvimento do poder político e das organizações locais no desenvolvimento de projetos sociais que respondam às necessidades destas populações e preservem as suas tradições antevê um cenário escuro, que poderá levar ao esmorecimento da vontade da população em inverter o rumo de perda atual: "Vejo o futuro do linho aqui na aldeia um bocadinho escuro, embora o linho seja claro, vejo um futuro muito escuro porque não há quem faça (...) agora é como outra tradição qual quer como tantas

memórias que se vão perdendo e esta vai ser mais uma, o que é uma pena" (mulher habitante da aldeia de Rompecilha).

2. Desigualdade de género na participação cívica

Nos últimos cinquenta anos, os direitos das mulheres têm sido progressivamente integrados nas instituições e culturas, porém, apesar dos avanços conquistados as desigualdades de género persistem e refletem-se na cidadania, principalmente ao nível político (Nunes, 2013). Esta desigualdade de género na participação no espaço público é de carácter estrutural, e relaciona-se com a desigual divisão social do trabalho. São vários os estudos que demonstram a dupla jornada de trabalho das mulheres, que engloba por exemplo tarefas domésticas e de parentalidade, sobrando pouco tempo para o envolvimento em outras atividades de lazer ou participação cívica (Torres, 2018; Perista et al., 2016; Torres e Brites, 2007). Quando fazemos a análise destas desigualdades no universo das mulheres agricultoras, percebemos que estas mulheres enfrentam uma situação de dupla desigualdade: por um lado são apenas vistas como "ajudantes" dos seus maridos agricultores e por outro, são condicionadas a exercer funções domésticas sob uma lógica patriarcal que não as permite serem consideradas como mulheres agricultoras (Brandt, 2002). As esferas do trabalho agrícola e doméstico estão intimamente ligadas na agricultura familiar, pois na maior parte das vezes a exploração agrícola encontra-se perto de casa o que leva a que as mulheres agricultoras vejam o trabalho na exploração agrícola como uma extensão da casa e a não separarem o trabalho que fazem nos dois espaços (Herrera, 2016). De acordo com Nunes (2013), o universo político, possui um funcionamento assente em regras e normas implícitas que favorecem quem não tenha responsabilidades familiares ou domésticas, o que leva a um duplo efeito de exclusão e auto-exclusão das mulheres, com poderosos efeitos simbólicos, que tornam difícil a igual participação das mulheres. Esta sobreocupação das mulheres com o trabalho e com a família também se reflete numa menor participação cívica e associativa das mulheres, o que coloca em causa a justiça social e a qualidade da democracia (Torres, 2018). Neste sentido, podemos considerar que é a partir da centralidade do trabalho que devem ser entendidos os padrões de participação política e ação coletiva de homens e mulheres.

A reprodução da dominação masculina (Bourdieu, 1999) é visível de múltiplas formas, desde os constrangimentos familiares e profissionais, a distribuição de autoridade e das obrigações sociais entre os sexos, até à auto-responsabilização feminina pelo exercício das tarefas familiares (Torres e Brites, 2007). De acordo com Sacchet (2009), tanto as mulheres como os homens tendem a apresentar índices similares de capital social, porém o capital social das mulheres revela ser de um tipo diferente, pois estas tendem a participar mais em grupos menores e mais homogêneos ligados à esfera da família e da comunidade (do tipo mais voluntário); por outro lado, os homens participam em grupos mais heterogêneos ligados à esfera pública do trabalho, economia e lazer, como por exemplo, associações profissionais, sindicatos e clubes. Segundo os dados do European Social Survey (2020) num conjunto de indicadores relativos à pertença associativa e ação coletiva (que incluem a participação em atividades de voluntariado, práticas de ação coletiva, sindicatos / organizações profissionais e partidos políticos), é possível observar que os homens participam mais que as mulheres em todas as formas de associativismo e ação coletiva. Outro indicador importante a salientar é o nível de confiança que homens e mulheres sentem relativamente à sua habilidade para participar

na vida política, sendo que mais uma vez as mulheres são as que se sentem menos confiantes a esse nível, o que confirma o efeito de auto-exclusão das mulheres deste universo. Esta é uma tendência europeia da qual Portugal não é exceção. Em suma, podemos afirmar que existe uma segregação da participação na vida política e associativa, que coloca as mulheres em desvantagem e a participarem em redes sociais “tipicamente femininas”.

3. Capital social e desenvolvimento rural

Como vimos, a baixa representação das mulheres no espaço público (ao nível político, associativo e coletivo) está relacionada com o facto de que os homens e as mulheres possuem tipos diferentes de capital social.

Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1990) são dois sociólogos que estão na origem do conceito de capital social. Para Bourdieu, o capital social é algo detido por indivíduos, enquanto que para Coleman constituem capital social as relações sociais que permitem a um conjunto de indivíduos potencializar o uso dos seus recursos. Porém, Bourdieu também considera que o capital social pode ser possuído coletivamente (como por exemplo por uma aldeia ou uma associação). Os dois autores, consideram que a manutenção do capital social depende da contínua ativação das relações sociais, pois pode enfraquecer se não for utilizado. Neste sentido, “o capital social tem por base a persistência temporal das redes que se alimentam por intermédio de relações de reciprocidade assentes na comunhão de determinadas normas e valores. Isto é, os indivíduos interagem segundo a expectativa de que em alguma altura poderão tomar partido (pessoal, social, económico etc.) da sua pertença a essa rede.” (Carmo, 2008). Deste modo, o capital social possui um caráter material através das redes, e cultural por via das normas. O capital social assume três formas distintas: as relações no interior de uma comunidade (bonding); as relações entre comunidades (bridging) e as relações externas (linking) (Putman 2000; Woolcock, 2001). O primeiro tipo caracteriza-se pelas ligações entre grupos com experiências comuns e reforçam as identidades sociais, como por exemplo grupos de mulheres. Os outros dois tipos referem-se às redes que se estabelecem a partir de relações mais abrangentes (mais distantes das experiências quotidianas) e estão relacionados ao conceito de capital social do tipo público. No capital tipo bridging são estabelecidas relações entre grupos mais heterogêneos e plurais, como por exemplo grupos profissionais ou partidos políticos; e o tipo linking corresponde às ligações com pessoas/ grupos que estão em posição de poder ou de influência e às ligações dos indivíduos com instituições formais (Sacchet, 2009). Porém, como vimos o capital social também pode ser um recurso utilizado para a exclusão, pois é distribuído de forma desigual tendo em conta fatores socioeconómicos e culturais. Franklin (2005) – citado por Sacchet, 2009 - argumenta que as teorias do capital social têm um viés conservador, na medida em que focam na formação de consenso e não nos conflitos e negociações estabelecidas entre as pessoas. A mesma autora aponta para a importância de que os estudos feministas discutam o capital social com o objetivo de desvendar os seus vieses e desvendar os seus limites, nomeadamente no que diz respeito às análises das relações de género na sociedade e à naturalização do posicionamento das mulheres no centro da vida comunitária e familiar.

Rivera (2019), Alfaro (2006) e Kliksberg (1999) são autores que investigaram a relação entre capital social e desenvolvimento agrícola e rural. As conclusões dos seus estudos demonstram que o capital social desempenha um papel muito importante e determinante no desenvolvimento agrícola e rural. Rivera (2019), refere a confiança, a qualidade das relações, os interesses comuns, a cooperação, o sentido de comunidade, a cultura e a tradição como elementos-chave para o desenvolvimento das comunidades rurais. A recente reorientação dos financiamentos europeus para o apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, bem como a ênfase em projetos multi-atores, com a criação de redes temáticas e grupos operacionais, são também, muito claramente, investimentos na construção de capital social. O capital social e as relações de confiança e cooperação nas comunidades são processos que demoram tempo a consolidar, porém, investir em projetos de intervenção que promovam encontros intergrupais e intercâmbios inter-regionais e transnacionais é essencial para começar a trilhar este caminho.

Molyneux (2002) defende uma abordagem ao capital social consciente das relações de género, através do reconhecimento e problematização da centralidade do papel da mulher, pois as mulheres possuem um importante papel de mobilização dos tipos de capital social que as agências de desenvolvimento e os governos consideram importantes para seus programas de alívio da pobreza e desenvolvimento comunitário. “The evidence shows across a range of countries that women among low-income groups are frequently those with the strongest community and kin ties; many such women do network, they do engage in reciprocal supportive relations, they are often those who support church activities and participate in local forms of associational life. They are to be found too, at the heart of voluntary self-help schemes whether in health, education or neighbourhood food and housing programmes.”. Neste contexto, tornou-se amplamente aceite entre os projetos sociais desenvolvimento a ideia de que investir nas mulheres é investir no social. Esta ideia assenta na premissa, anteriormente aqui descrita, de que as mulheres tendem a usar os seus recursos de forma mais coletiva, nomeadamente com a família (educação, saúde e bem-estar dos seus membros).

No entanto, é necessário não permitir que esta perspetiva se transforme numa forma de tirar proveito do discurso tradicional sobre os papéis sociais associados às mulheres e legitimá-lo, pois, esta separação entre agentes políticos (predominantemente homens) e agentes sociais (predominantemente mulheres) contribui para a consolidação de estereótipos e desigualdades de poder. Investir nas mulheres não deve ser encarado apenas como um meio para impulsionar o desenvolvimento de outros grupos e setores sociais, mas sim como um objetivo legítimo em si mesmo. Para isso é necessário garantir que as mulheres tenham voz nos processos de construção e decisão dos projetos sociais e políticos, bem como encorajar o maior envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares e comunitárias, pois o caminho para uma igualdade plena requer mudanças na composição e na natureza dos espaços participativos e representativos.

4. A perspetiva dos atores locais

Durante todo o percurso do Projeto MAIs foram envolvidas Associações e Grupos Locais, formais ou informais, pois estes são uma expressão das capacidades de iniciativa, de organização e autonomização da comunidade, bem como plataformas e

estratégias de defesa e afirmação dos interesses e direitos da mesma e têm a potencialidade de gerar oportunidades e caminhos de exercício de um poder coletivo sólido e coeso.

Contudo, também são, com muita frequência, por um lado, “palcos” de discórdias e rivalidades de grupos e interesses locais, por isso é importante ter em conta os diversos contextos sociais, culturais e políticos, onde os grupos existem, pois podem condicionar as ações do projeto coletivo.

De acordo com Miguel (2021), o associativismo cultural e recreativo tem início com o movimento filarmónico, que foi também a origem do movimento associativo português. Ao mesmo tempo surgem os montepios e as associações de socorros mútuos. As associações culturais apresentam uma importante intervenção nas comunidades, pois contribuem para a democratização das estruturas sociais e são importantes para a criação de espaços de comunicação e de um desenvolvimento a nível (social e cultural) local. Atualmente, as associações culturais permitem uma ligação do indivíduo com o Estado, permitindo resolver algumas questões sociais de forma mais célere. As áreas de intervenção podem variar entre o teatro, dança, música, artes plásticas, desporto, literatura e preservação do património. Independentemente de onde a sociedade recreativa seja criada permite sempre às pessoas que se associam e participam desta associação uma integração e socialização no meio ambiente em que estão inseridos. Esta forma de organização coletiva permite a partilha de ideias, de informações e de recursos em prol de projetos sociais, tendo como grande vantagem e objetivo a valorização dos desejos, necessidades ou problemas coletivos e individuais. As aldeias de Rompecilha e Covelinhas possuem associações deste tipo, estas foram criadas com o objetivo de unir a população local em torno da dimensão social, cultural e coletiva local e atualmente tentam sobreviver a desafios comuns do interior, nomeadamente o envelhecimento da população e a extinção de expressões culturais tradicionais (mais concretamente o ciclo do linho e da lã). Envolver atores locais, líderes comunitários, e organizações locais em projetos de intervenção social é muito importante, pois demonstra respeito pela capacidade e conhecimento da comunidade, o que ajuda a construir e transmitir um sentido de apropriação e responsabilização em relação ao projeto e ao seu futuro. Para além disso, permite reforçar parcerias, e neste contexto, ajudar a pensar em soluções ajustadas a cada realidade, que considerem os desafios, riscos e oportunidades, sentidos pelo conjunto de atores locais.

Ao longo do Projeto MAIs, foram realizadas entrevistas e conversas informais com atores de associações locais, nomeadamente: Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões, Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho do Sabugal, Associação Cultural e Desportiva de Rompecilha, Associação Empresarial do Sabugal, Associação ARCAS de Covelinhas. O principal objetivo foi obter uma compreensão mais aprofundada das necessidades e desafios específicos dos territórios de intervenção do Projeto MAIs e, mais concretamente, para perceber os problemas relacionados com as mulheres rurais ao nível local, bem como o seu papel com o poder associativo local.

Aqui apresentamos algumas conclusões e comentários relacionados com a perspetiva e visão que os atores locais (dos dois concelhos de atuação do projeto – S. Pedro do Sul e Sabugal) têm sobre o papel das mulheres agricultoras; os desafios e problemas que as associações e organizações coletivas locais enfrentam; a perspetiva dos

decisores locais sobre a desigualdade de género e possíveis necessidades sobre esta temática; experiências e recomendações acerca da intervenção local.

4.1 Perspetivas e percepções locais sobre desigualdade de género

No discurso de quatro atores-decisores locais entrevistados nos concelhos do Sabugal e São Pedro do Sul acerca de perspetivas e percepções sobre desigualdade de género ao nível local salientam-se quatro subcategorias: tomada de decisão na agricultura, tomada de decisão no espaço público, no formação e acesso ao trabalho e nos desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras.

4.1.1 Tomada de decisão na agricultura

Relativamente ao papel das mulheres na agricultura (e em casa), os atores-decisores locais entrevistados vêem-nas associadas à ‘agricultura de casa’, ao cuidar das burocracias, mas referem que as decisões são tomadas em conjunto, são tomadas pelas mulheres depois de ouvidos os maridos (onde prevalece a opinião do marido) ou apenas pelo homem, que muitas vezes toma decisões sozinho, sem necessitar de uma tomada conjunta de posição em casal.

“De uma forma geral, mesmo quando até está em nome do marido (a exploração agrícola) são elas que vêm fazer a burocracia” (P3, mulher)

“Na agricultura familiar as decisões agrícolas são tomadas em conjunto pelo casal” (P1, mulher)

“Nós verificamos que há muito mais mulheres a virem tratar dos assuntos da agricultura. (...) Burocracia da exploração pecuária, do subsídio. No que toca aos trabalhos, talvez os trabalhos mais pesados são feitos por homens. Mas por exemplo aquela agricultura de casa é essencialmente assumida pelas mulheres. (...) são sempre pessoas que não têm qualquer remuneração, é mais cultivo para consumo próprio ou então para familiares e amigos e não propriamente para venda. Se for para venda já são pessoas que têm esse intuito e uma contabilidade para isso, mas normalmente as mulheres são mais agricultoras para a casa” (P1, mulher)

“(...) mas depois há ainda aqueles casos em que têm de ouvir o marido, o homem da casa, porque ele é que vai assumir o sim ou o não e as decisões” (P3, mulher)

Ressalta também, desta recolha, que em geral as mulheres não recebem um vencimento pela atividade que desenvolvem na exploração agrícola (nem do trabalho doméstico), apesar de se ocuparem de grande parte (ou da totalidade) das tarefas associadas à horta, ao pomar ao cuidado dos animais, onde têm a liberdade de tomar as decisões do dia-a-dia. Contudo, mesmo esta situação decorre da circunstância de estarem os homens terem uma atividade remunerada forma da exploração e não do facto de ambos assumirem que é (ou deveria ser) a mulher a surgir como chefe de exploração.

“É um bocadinho por conveniência, porque ele está a trabalhar noutro sítio” (P3, mulher)

4.1.2 Tomada de decisão no espaço público

Neste contexto, os entrevistados têm a percepção de que, no espaço público, a visibilidade e o papel das mulheres tem mudado e que tal decorre, entre outros fatores, das políticas públicas e programas implementados, quer à escala nacional quer local.

“Há uns anos via-se que todos os presidentes de junta eram homens, mas agora já se começa a ver uma mudança com algumas mulheres” (P4, homem)

Quanto à participação em contextos como associações, coletivos, grupos locais, entre outros, os entrevistados consideram que há mais mulheres a participar, mas que ainda o fazem de forma pouco significativa.

“Tem vindo a melhorar, ainda não é uma prática que possamos dizer abertamente que acontece, tem muito a melhorar” (P3, mulher)

“A ADES teve eleições há pouco tempo e temos um número significativo de mulheres em órgãos sociais, mas... é uma coisa que eu acho curioso porque as mulheres aparecem muito mais que os homens nas assembleias e reuniões” (P4, homem)

Uma abordagem à intervenção das mulheres agricultoras no espaço público, seja em assembleias ou em outros órgãos associativos, refere que a atenção que é dada às suas demandas decorre do respeito, da noção de que as mulheres quando expressam as suas intenções é porque existe mesmo uma necessidade, mas não da oportunidade de participar nas discussões públicas de forma abrangente e livre, como acontece com os homens.

“Por exemplo, quando lá apareciam (reuniões da Junta) 2 ou 3 mulheres e elas falavam, os homens estavam todos caladinhos, não era por medo, mas por uma ação de respeito. Elas quando apresentam uma ideia é porque a deficiência existe, ou seja, elas quando querem pedir alguma coisa é porque necessitam mesmo.” (P2, homem)

Referem, ainda que, apesar da jornada dupla de trabalho e tempo dedicado ao cuidado da família, são as mulheres que mais participam em atividades locais que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida, nomeadamente no que diz respeito à participação em projetos, ações de capacitação, divulgação, etc (onde os homens aparecem quando a isso são obrigados - por exemplo, em ações de formação que são obrigatórias, como a certificação para a utilização de pesticidas ou para a condução de trator).

“Não vejo grande diferença, (...) não há assim grande diferença entre ser homem e ser mulher. Este projeto a nível dos idosos, não vemos grande diferença. (...) São atividades socioculturais que desenvolvemos com homens e mulheres a partir dos 65 anos. Tivemos uma ação de TIC’s nas freguesias e aí posso dizer que mais de 60/70% eram mulheres. Porque há esta diferença, o homem neste tipo de projetos tenta afastar-se um bocadinho mais e a mulher está mais envolvida. E então quando pensamos na altura de cultivo das terras e da apanha, aí não têm disponibilidade nenhuma (os homens). E mesmo noutras atividades, vê-se que as mulheres estão mais disponíveis para projetos e formações do que os homens. (...) Por exemplo, há uma obrigatoriedade de tirarem uma formação, se formos pela obrigatoriedade toda a gente aparece, mas as mulheres preocupam-se mais em ir de encontro àquilo que são as responsabilidades, do que os

homens. Os homens, falando em bom português, deixam tudo para a última da hora” (P4, homem)

Os atores-decisores locais entrevistados referem que, por não haver a percepção das desigualdades ou por se pensar que já não existem desigualdades de género, as entidades locais acabam por implementar poucos (ou nenhuns) projetos que visem mover a igualdade de género em territórios rurais. Mais uma vez aqui, se indica que mesmo na implementação de projetos e ações de capacitação, estão enraizados estereótipos de género - por exemplo, de entre as mulheres agricultoras apenas cerca de 10% têm a carta de condução, o que é particularmente limitante em territórios onde os transportes públicos são escassos e espaçados no tempo (valor referido pelos entrevistados, mas sem que existam estatísticas que permitam confirmar este valor junto das mulheres agricultoras ao nível concelhio).

“Pela associação não temos implementado nenhuma prática que vá de encontro só ao género feminino. A associação dá ações de formação profissional (...) A parte das máquinas está sempre mais ligada ao homem. Eu iniciei ontem uma formação para a carta de trator, posso vos dizer que eu tinha 20/ 30 inscrições de homens e 2 ou 3 inscrições de mulheres. (...) é raro o curso que a associação dá que não tem elementos femininos. Agora vamos fazer um curso de plantas aromáticas e nesse certamente que vamos ter o grupo todo feminino. O estereótipo está muito enraizado” (P3, mulher)

4.1.3 Na formação e no acesso ao trabalho

Relativamente ao nível de formação das mulheres, reconhecidamente crescente, os entrevistados percebem a importância das mulheres para o território, em particular quando as mulheres agricultoras detêm maior escolaridade do que as gerações anteriores. Nos discursos está presente a ideia de que é mais fácil para os homens encontrar trabalho fora da exploração agrícola (mesmo com baixos níveis de escolaridade) e que para as mulheres essa é uma tarefa mais difícil, e por isso terem mais escolaridade aumenta as suas (poucas) oportunidades.

“Eu acho que o facto de uma mulher se qualificar tem muito mais vantagens, porque um homem consegue dar a volta à situação de forma mais fácil do que propriamente uma mulher, tendo ou não estudos” (P4, homem)

“As mulheres que não têm esse grau de escolaridade, têm a vida um bocadinho mais difícil do que as que estudaram. Estou a falar no geral, eu acho que as mulheres estão cada vez mais em postos de grandes empresas, as maiores 4 empresas daqui do Sabugal eu vejo só mulheres a liderar lá” (P4, homem)

Mesmo quando se apontam exemplos em que as mulheres surgem como líderes, esse protagonismo é remetido para o facto de se tratarem de empresas familiares, ou seja, o seu sucesso está ligado a uma herança familiar.

“[As mulheres] Pelo que viveram e pelo que recolheram do passado, têm receio e muitas vezes têm medo de pegar num projeto qualquer, ou seja, têm medo de falar porque depois têm medo de que digam ‘ah aquela queria era sobressair’” (P2, homem)

No entanto, a importância e relevância das mulheres no território é conhecida e remarcada nas entrevistas, mas reconhece-se um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de género no mundo rural:

“Nas tarefas domésticas 70% ainda são das mulheres, ou mais! Os homens aqui para estas zonas não se metem muito nisso! Isto é assim o problema do funcionário, o homem sai de manhã para ir trabalhar e normalmente vem à noite, pois todas as tarefas caseiras são da mulher, e o homem quando vem até pode não vir cansado mas senta-se e diz que está cansado.” (P2, homem)

4.1.4 Os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras

Em relação aos desafios das mulheres agricultoras a identificar em cada concelho, observou-se uma tendência dos/as entrevistados/as para se focarem nos desafios da agricultura de forma geral e menos nos desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras.

De entre desafios, destacam-se a falta de atratividade das profissões agrícolas (em particular pelas gerações mais jovens), o envelhecimento da população, o abandono dos territórios, a dependência de ajudas e apoios públicos e o preconceito/estereótipo associado à atividade.

“O risco que é a agricultura. Porque a agricultura não tem férias, as nossas explorações daqui do concelho (Sabugal) são maioritariamente exploração de gado e os animais comem todos os dias. E depois temos o outro lado que são os jovens que se metem na agricultura porque têm as explorações que são da família (pais, avós...) e que estão sempre de olho nas ajudas para terem um fundo de maneio para começar a atividade. Ou então jovens que queiram ser, e vê-se muitas vezes a procura por trabalhadores agrícolas, mas não há, a falta de mão de obra é um grande problema na agricultura” (P3, mulher)

“Eu acho que a maior parte dos jovens está a perder essa vocação, se bem que há alguns jovens agricultores que estão a apostar nesses projetos do PDR, para conseguirem desenvolver algumas atividades no âmbito agrícola” (P4, homem)

“Eu acho que os jovens agricultores, as mulheres agricultoras e os agricultores, no geral, têm alguma dificuldade com a questão da inflação agora com a guerra na Ucrânia. Eu posso dar o exemplo das mulheres artesãs e produtoras, desde queijarias, salsicharias, padeiras etc... tudo isto requer que estejam coletadas e que adquiram os seus próprios bens e matérias-primas cada vez mais caros, isto são tudo desafios que se vão pondo consoante aparece uma crise pandémica e uma guerra... isto é uma bola de neve” (P4, homem)

Ainda assim, independentemente da idade, nos territórios do interior, uma grande parte das famílias têm contacto direto com a agricultura e acesso a alimentos para o agregado familiar, em particular as mulheres, que se ocupam das hortas e dos animais, ainda que neste contexto subsistam estereótipos de géneros que dividem as atividades que mulheres e homens devem exercer.

“Falta de força física, há trabalhos que exigem mais força física e talvez as mulheres estejam um bocadinho em desvantagem... tirando isso que acho que as mulheres hoje em dia são tão capazes como o homem para trabalhar na agricultura” (P1, mulher)

Quanto às condições para manter ou iniciar uma atividade agrícola, os entrevistados referem que, ainda que exista políticas direcionadas para apoiar a agricultura, não servem a quem não tem acesso à terra ou a capitais próprios, condições mais frequentes em jovens e mulheres, que cada vez com mais frequência procuram iniciar a sua vida em territórios rurais do interior.

“Não há ajudas para quem quer começar na agricultura e não tem nada, não há ajudas específicas para quem quer começar, mesmo que seja pouquinho tipo 1 hectare de olival. Há pessoas que querem, mas não tem nada e para terem elas têm de ter ajuda para criar do nada! Elas por acaso queixam-se muito disso, porque normalmente são elas que cada vez mais vêm aqui” (P1, mulher)

Destaca-se, por último, a percepção de que a existência de iniciativas coletivas pode alicerçar e potenciar o desenvolvimento dos territórios rurais do interior e contribuir para o empoderamento, capacidade económica e visibilidade das mulheres agricultoras.

“Eu acho que falta uma cooperativa no território, é do que as pessoas se queixam mais, não há local onde entreguem os produtos e esse produto seja escoado” (P1, mulher).

4.2 Sobre as necessidades locais e projetos comunitários

Quanto a projetos de intervenção como o MAIs. Mulheres agricultoras em territórios do interior, os atores-decisores entrevistados, manifestaram a opinião de que são quase inexistentes. No entanto, apresentaram um conjunto de ideias de projetos apresentados localmente pelas comunidades, como:

- a. a criação de organizações locais

“A associação (de Rompecilha) foi criada há cerca de 20 anos, fomos meia dúzia que decidimos criar a associação para unificar/juntar as pessoas, com o intuito de se fazer alguma coisa, dar um miminho às pessoas para de vez em quando nos unirmos. Na altura ainda havia muito cultivo, o milho essencialmente, dos pastos tinham as juntas dos bois, o gado, entretanto o javali acabou com a agricultura, pelo menos na nossa aldeia. A associação abriu um bocado as portas à aldeia, começou a haver sócios de fora da aldeia que começaram a frequentar a nossa aldeia” (P2, homem)

- b. identidade e cultura das aldeias e as suas tradições

“Queremos fazer o museu do linho, só que não adianta estar aí a tascar o linho se depois não temos espaço para o confeccionar. Então o que a gente quer é fazer um edifício em que esteja a chover, esteja sol podemos nos juntar um bocadinho. Assim à noite, num serãozinho, a gente vem aí e convive um bocadinho. As mulheres que estiverem no tear darem umas liçõeszitas a ver se se aprende porque só há aí 2/3 senhoras que sabem mexer no tear. Porque o problema dos teares não é estar ali tac-tac-tac é montar a oliveira, aquilo não é para todas, traçar aqueles fios todos. Então o objetivo era fazer essas ações do linho e não só” (P2, homem)

c. apoio na valorização dos produtos endógenos e tradições locais

“Em relação à certificação do bracejo, é muito importante e devia de haver alguma política que desse continuação ao trabalho do bracejo, porque é um trabalho também bonito e que pode ser um suplemento ao rendimento a par da atividade agrícola” (P3, mulher)

Relativamente ao projeto MAIs, consideram ser adequado à realidade e necessidade local, quer pela valorização e reconhecimento que foi possível trazer às mulheres agricultoras:

“Até mesmo para dar valor a estas pessoas que às vezes elas não se sentem valorizadas e é fundamental... a partir do momento que elas vêm o produto delas a ser escondido elas começam a perceber que faz sentido e vão-se empenhar cada vez mais” (P1, mulher)

“Ver a nível técnico no local e ver as necessidades para que depois se possa apoiar... isto não quer dizer que a formação-ação venha a resolver tudo, mas é mais adaptado e é outra coisa... e depois tem a parte da economia digital que pode resolver muitas coisas, porque hoje quem não aparece na internet não existe.” (P4, homem)

Diversos constrangimentos são apontados, como dificuldades da implementação de projetos, como a resistência à mudança, dificuldade de (re)organização, despovoamento e isolamento, ou o envelhecimento da população.

“(...) o fator cultural e a resistência à mudança fazem com que muitas vezes fiquem no mesmo sítio. (...) aqui no concelho acho que aqui é mais a questão cultural, o medo da mudança e os estereótipos” (P3, mulher)

“Nós já somos poucos e para não entrarmos em inconstitucionalidades trocamos de lugares [nos diversos órgãos associativos]” (P2, homem)

“Se tivermos aqui uma atividade conseguimos concentrar aqui as pessoas, as de Covelinhas também não têm grande espaço para fazer essas coisas. Além do convívio que é o essencial, as pessoas conviverem/falarem, porque a gente costuma dizer que falar mata muitas doenças.. enriquecer um bocadinho as situações e aproveitar” (P2, homem)

“Eu por gostava de trazer para aqui umas açöezinhas de um curso de primeiros socorros, sabermos como se lida com um doente acamado, ..., ou quando se engasga, e logo que haja espaço podermos por aqui o ‘desporto sem idade’, porque nos falta um bocadinho de atividade física, porque antigamente a gente ia a quilómetros daqui cultivar terras, ia de manhã vinha a almoçar, depois de almoço ir outra vez, depois à noite vinha outra vez, dava rentabilidade à parte muscular e agora não, estamos todos em casa” (P2, homem)

É também referida a necessidade de maior acompanhamento e adequação dos processos, comunidades e pessoas individualmente, para que os processos/projetos possam ser bem-sucedidos, não caírem no esquecimento e não contribuir para criar um sentimento de descrença e desconfiança:

“Há necessidade de processos acompanhados, constantes e consistentes, porque às vezes elas pensam ‘oh isto é só mais um projeto’ e isto acaba e depois não vai ter um fim e uma solução, mas se houver uma persistência elas vão perceber que isto tem pernas para andar. Um acompanhamento mais permanente” (P1, mulher)

“[quanto a um projeto anterior de comercialização online] era um projeto piloto... fizemos várias sessões, demos formação as coisas foram andado mas de repente parece que a [entidade promotora] perdeu interesse neste projeto... e agora as pessoas estão desconfiadas! Primeiro era o problema da internet da Vodafone que não estava a dar resposta a nível de site e para colocar tudo operacional, depois havia sempre uma desculpa qualquer e isto foi andando, andando, e mais do mesmo, não resultou grande coisa...” (P4, homem)

Quanto à reproduzibilidade de projetos como o MAIs, os atores-decisores entrevistados referem o papel cada vez mais intervintivo das mulheres que trabalham e querem trabalhar na agricultura:

“Acho que cada vez mais as mulheres vêm à procura e querem... elas querem e têm intenção de avançar com um projeto e trabalhar na agricultura, até para terem o seu próprio trabalho e não dependerem de outros” (P1, mulher)

No entanto, o contributo essencial que as entidades públicas locais deveriam prestar é apontado como uma dificuldade, por vezes referidas como um desconhecimento das necessidades das comunidades e dos agricultores do seu próprio território:

“A Câmara ajuda mas pouco. (...) Eu antes de pegar na direção desloquei-me à Câmara (São Pedro do Sul) e perguntei (...) ‘se eu pegar naquilo a Câmara ajuda?’ (...) e ele disse que sim só que depois quando lhe pedi para elaborar o projeto para concorrermos a fundos perdidos, ao PRR, a resposta que nos deram é que ‘vocês é que têm de apresentar o projeto que nós não vos fazemos o projeto’” (P2, homem)

“Epah, eu parece que vou lá pedir para mim, e não é para mim! Por exemplo Covelinhas também anda com o ciclo da lã e agora é que deviam ajudar que ainda há gente que sabe. Porque em morrendo aquele grupo que está em Covelinhas acaba a lã” (P2, homem)

5. A educação popular como ferramenta de desenvolvimento da ação coletiva

O capital social não pode ser construído a menos que existam ou sejam oferecidas oportunidades para que isso aconteça. Com vimos, para que estas oportunidades existam é necessário dar atenção aos processos coletivos e comunitários, pois estes possuem o potencial de ajudar a combater os problemas das zonas rurais associados por exemplo à redução das bases populacionais (especialmente a fuga de jovens), à redução do número de organizações comunitárias e à falta das infraestruturas e serviços. A aprendizagem é um mecanismo de construção de capital social e tem o potencial de facilitar o desenvolvimento e a mudança dos indivíduos, do trabalho, das organizações e das instituições em resposta às necessidades de interação entre as políticas económicas e o seu contexto social e político (Falk e Kilpatrick, 2000).

Tal como Paulo Freire refere no contexto da reflexão sobre os métodos de pesquisa alternativa, tanto os educadores como os cientistas sociais encontram problemas políticos e ideológicos na sua prática, pois ao conhecer uma realidade, seja ela rural ou urbana, é importante saber em que consiste essa realidade concreta: “Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida” (Freire, 1981).

Esta lente da realidade concreta foi adotada durante o projeto MAIs, pois identificar problemas como a pouca participação social das mulheres agricultoras e a desigual divisão de tarefas agrícolas e domésticas não bastou para compreender profundamente estes problemas, foi necessário conhecer e desvendar a compreensão das mulheres afetadas por (e sobre) estas questões. Neste sentido, foi adotada uma perspectiva libertadora assente na compreensão e respeito, tendo como sujeitos inteligíveis os pesquisadores profissionais e os “grupos populares” (Freire, 1981).

A construção e operacionalização das metodologias participativas utilizadas tiveram como base a Educação Popular, de Paulo Freire (1975), que têm como referência a problematização da realidade vivida pelas populações, a construção coletiva e crítica dos conhecimentos, a valorização dos saberes populares e instrumentos promotores de reflexão-ação, constituindo-se uma das metodologias mais consensuais para uma transformação social sustentável.

Paulo Freire dedicou-se ao combate à pobreza, à opressão e às desigualdades sociais, através da promoção da consciencialização e alfabetização dos indivíduos, para isto utilizou uma pedagogia baseada numa dialética com a realidade. O seu trabalho teve influência para lá do campo educativo e atualmente é considerada uma matriz de inspiração para o combate às desigualdades sociais, nomeadamente as de género. Freire defendia que só a partir de uma sociedade humanizada e igualitária é que a democracia se podia concretizar de forma plena – neste sentido, o seu trabalho articulou a teoria e a prática, conjugando a luta política, a educação e a academia. A Educação Popular de Freire, despertou uma mobilização crítica, bem como a construção de movimentos com base no coletivo e nos saberes populares. Atualmente o “popular” já não diz só respeito aos mais pobres e desfavorecidos, mas sim “àquilo que nos integra a uma avassaladora cultura de massa, ou nos faz parte de uma cultura global que, ao mesmo tempo, incorpora e exclui, iguala e discrimina, contempla e arrebata” (COSTA e Fleuri, 2005, p. 51). Esta é uma poderosa ferramenta que pode ser empregada em projetos de intervenção social voltados para a igualdade de género no meio rural e agrícola, pois esta sua abordagem capacita as pessoas a entenderem criticamente a sua realidade, refletirem sobre as estruturas de poder e agirem de forma consciente para promover a transformação social.

O combate à desigualdade de género pode beneficiar de uma abordagem à luz da Educação Popular, na medida em que a construção da visibilidade das mulheres e da visibilidade das suas opressões passa pelo diálogo através das suas próprias palavras, seja esta uma fala das mulheres urbanas, mulheres rurais, mulheres docentes, mulheres negras e todas as outras de uma forma transversal, igualitária e interseccional (de Souza et. al, 2021). E o que é este diálogo? Segundo as palavras do autor:

“É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...) Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança (...) Era o diálogo que opúnhamos ao antidiálogo, tão entranhado em nossa formação histórico-cultural, tão presente e ao mesmo tempo tão antagônico ao clima de transição. O antidiálogo que implica numa relação vertical de A sobre B, é o oposto a tudo isso. É desamoroso. É acrítico e não gera criticidade, exatamente porque desamoroso. Não é humildade. É desesperançoso. Arrogante. Auto-suficiente.” (Freire, 1967, p.107)

5.1 Cultura e as tradições como força motriz para a cooperação e desenvolvimento rural

A cultura e as tradições são transversais a todas as dimensões do capital social e de uma sociedade. Fukuyama (2003) define o capital social como normas ou valores partilhados que promovem a cooperação social – nesta perspetiva, o autor vê o capital social como uma forma utilitária de ver a cultura. A cultura tende a ser considerada como um fim em si mesma ou como uma forma de expressão criativa – porém, ela também desempenha um papel funcional muito importante na sociedade, pois gera, em torno das suas atividades, cooperação e comunicação entre grupos de indivíduos. Neste sentido, a cultura também pode ser um fator-chave na coesão social e na promoção de um sentido de comunidade, uma vez que as pessoas podem, através dela, reconhecer as qualidades uns dos outros, crescer em conjunto e desenvolver a autoestima coletiva. Organizações mundiais, como é o caso da UNESCO, defendem que a preservação dos valores culturais é muito importante para o desenvolvimento, uma vez que o reforço e a reafirmação da cultura e das tradições, pode libertar a energia necessária em situações difíceis e em tempos de mudança (Rivera, 2019).

Rivera (2019) realizou um estudo de caso sobre a importância do capital social para o desenvolvimento agrícola e rural, no qual concluiu que o sentido de comunidade desempenha um papel importante nas comunidades rurais. Os agricultores e agricultoras deste estudo de caso consideraram que o sentido de comunidade não é apenas algo intangível, mas sim um modus operandi: os atores regionais do estudo caracterizaram-se por uma mentalidade "prática" orientada para a execução, mobilizando as capacidades necessárias para a concretização das ideias, bem como por uma "cultura de cooperação". Esta mentalidade é visível na execução de projetos de co-construção, nos quais os agricultores são reconhecidos e atuam como parceiros ativos. Também elementos como a confiança, a cultura e a tradição apareceram como elementos essenciais para o desenvolvimento destas comunidades rurais, na medida em que proporcionam uma identidade comum decisiva para uma cooperação eficaz. Estes resultados comprovam que vale a pena investir na construção de capital social, nomeadamente através de projetos multi-atores baseados nos princípios da educação popular e comunitária.

5.2 A construção comunitária através do MAIs

Neste sentido, o projeto MAIs pretendeu iniciar um processo de mobilização, criação e consolidação das condições de base e dos pilares fundamentais da constituição e funcionamento de um grupo coletivo/comunitário. Para isto, foi elaborado um roteiro de ação para o empoderamento das beneficiárias que permitiu desenhar a intervenção em termos de: conteúdos técnicos, de desenvolvimento pessoal e de criação de coletivos,

formação para a sensibilização de técnicos e outros atores locais, abordagem pedagógica e metodologia de intervenção e a planificação (logística e calendarização) dos trabalhos. O roteiro de intervenção foi construído a partir da análise dos resultados dos grupos focais, entrevistas e observação participante. Posteriormente, surgiu a necessidade de recolher o contributo dos atores-decisores locais, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas em cada um dos territórios de intervenção. A intervenção (A3) foi, então, iniciada com base na matriz definida pela TdM, que procurou contribuir para o empoderamento e visibilidade das beneficiárias, com base nas necessidades identificadas junto das mulheres agricultoras e estruturadas na TdM a três níveis: (1) técnica, (2) pessoal, (3) coletivo. As atividades desenvolvidas incluíram: formação (teórica e prática, menos formal, de acordo com a realidade encontrada no terreno) nos domínios da produção agroecológica, comércio justo, organização coletiva e valorização/preservação das tradições locais. A formação técnica, no campo produção agroecológica, decorreu no âmbito de uma Escola de Outono, com base na metodologia das escolas de campo, em que as mulheres agricultoras assumiram simultaneamente os papéis de formadoras e aprendentes, durante diversas sessões de trabalho nas explorações agrícolas das beneficiárias, bem como uma sessão de reflexão sobre como dinamizar troca de experiências coletivas entre agricultores, a partir das aprendizagens adquiridas agroecologia e estratégias participativas. Ainda neste contexto, foi realizado um processo de recolha de sementes tradicionais utilizadas nas hortas das mulheres agricultoras, com o objetivo de recolher, preservar e valorizar esse património relevante do ponto de vista agrícola e alimentar e incluiu a Atividade Mão na Terra. Desta ação, resultou a co-construção do “Manual de Práticas Agroecológicas. Proteção de Culturas e Fertilização” e, mais tarde, o Manual “Entre feijões e outras espécies das Hortas de S. Pedro do Sul. Para além destas ações, organizou-se, um curso de costura em S. Pedro do Sul com o objetivo de desenvolver novos modos de confeccionar peças tradicionais em torno do linho e da lã e promover a autonomia financeira das beneficiárias e apetrecharam-se os coletivos envolvidos com máquinas de costura modernas, que são partilhadas e geradoras de momentos de convívio.

Ao nível pessoal (2), organizaram-se diversas atividades relacionadas com os interesses e com a valorização social do trabalho das mulheres agricultoras, ligado ou não à agricultura. A utilização de Mapas da biodiversidade como ferramenta metodológica para desconstrução e aumento da percepção sobre as desigualdades de género foi uma das atividades mais relevantes, para que beneficiárias pudessem compreender a importância de mostrar o seu valor e da ocupação do espaço de fala/tomada de decisão. Neste sentido, foram também organizados o curso de introdução à informática solicitado, com o maior objetivo, por exemplo, capacitar as beneficiárias para a utilização das redes sociais como âncora para a comunicação em rede e para a promoção das suas atividades e produtos e duas sessões de trabalho sobre promoção de literacia digital e combate à desinfodemia em contexto de comunidade, com a colaboração do projeto Iberifier.eu (Associação Literacia para os media e Jornalismo e a Cenjor). Com o objetivo de promover um diálogo crítico e o reconhecimento dos pontos fortes e fracos de cada comunidade, a partir de ações do quotidiano, organizou-se uma atividade com base na metodologia photovoice, que permitiu concretizar um conjunto de medidas ambicionadas pelas mulheres agricultoras destes concelhos, e utilizar o resultado para alertar decisores políticos e atores chave locais para os problemas e mudanças necessárias.

No contexto coletivo (3), realizou-se uma roda de conversa com as beneficiárias do projeto e os representantes do poder político local – que resultou da necessidade identificada na fase de diagnóstico de promover o diálogo das mulheres com o poder político local. Através de duas sessões de “Construção comunitária e experimentação de sentidos” (com base na Educação Popular) procurou-se resgatar o sentido de comunidade e coletivo nestes grupos de mulheres.

Realizou-se um conjunto de visitas às aldeias de S. Pedro do Sul - Rompecilha (ciclo da linho), Covelinhas (ciclo da lã) - e do Sabugal (Sortelha e Malcata) com o objetivo de realizar entrevistas e recolher perspetivas próprias sobre o papel das mulheres enquanto detentoras de práticas e saberes tradicionais que resultou na exposição física intitulada “Das mãos às vozes das mulheres agricultoras” e na certificação do bracejo. Ainda foi realizada uma visita intercâmbio à exposição “As Mulheres de Maria Lamas” em exibição na Fundação Calouste Gulbenkian, bem como a participação nas comemorações e marcha do 25 de abril na Avenida de Liberdade em Lisboa, com o apoio da UMAR. Esta atividade proporcionou uma experiência educativa e inspiradora para as beneficiárias do projeto, conectando-as com a história e o ativismo das mulheres em Portugal. Ao conhecer a história de Maria Lamas, pretendeu-se incentivar as mulheres agricultoras a reconhecer o seu próprio potencial e a importância da sua participação ativa na sociedade. A participação na marcha e comemorações dos 50 anos do 25 de abril contribuíram para o fortalecimento da identidade e espírito coletivo das beneficiárias, reforçando o seu papel como agentes de mudança nas suas comunidades.

Este conjunto de atividades, veio a culminar em diversos encontros e momentos públicos em que as beneficiárias assumiram um papel relevante e ocuparam um lugar de fala central, enquanto dinamizadoras, oradoras, formadoras: visita das Associações de Castelões e Geradora para partilha do projeto com outros grupos de mulheres agricultoras, Encontro “O Elogio da Lã”, com outros grupos de interessados, de norte a sul do país, em revitalizar processos de utilização da lã; participação no encontro “Broca Viva” na aldeia de Trancoso, com uma exposição e venda dos seus produtos e uma conversa sobre a desigualdade de género no meio rural; dinamização de atividade no Dia Internacional das Mulheres; realização da Escola de Verão - Agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis: “Elogio ao linho e à lã”, onde foi abordada a importância da agroecologia na conexão entre sistemas de produção e arte, a partir de produtos como a lã e o linho, e a sua transformação e em que as mulheres agricultoras foram as formadoras, através da recriação dos ciclos da lã e do linho e de visitas a explorações produtoras de lã.

Em suma, estas atividades tiveram como objetivo empoderar as mulheres agricultoras, através de uma capacitação mista, que englobou apoio da equipa técnica, fomento da criação de coletivos/grupos de mulheres, aumento da sustentabilidade socioeconómica das beneficiárias e, em consequência, contribuiu para maior igualdade entre homens e mulheres. O planeamento e execução destas atividades envolveu sempre técnicos locais, pertencentes aos municípios, organismos públicos e associações.

6. Considerações finais

O "associativismo" e a existência de "redes", tanto nas comunidades rurais como a nível nacional, são pontos centrais neste contexto, e destacam o conceito de capital social como uma categoria analítica, que sintetiza e liga estes dois elementos. Este conceito aparece como um componente necessário para melhorar o impacto e a sustentabilidade das políticas e programas. Para isso, a constituição de relações de confiança e reciprocidade é indispensável num mundo rural onde as estruturas de poder tornam a implementação de políticas sociais extremamente difícil, uma vez que estas têm como objetivo final a transformação das estruturas sociais.

O associativismo entre indivíduos, famílias, comunidades e instituições emerge cada vez mais como uma necessidade primordial neste mundo competitivo e globalizado, acompanhado por um processo de descentralização e democratização da sociedade. É na ausência de alianças e de cooperação que se originam muitos dos problemas enfrentados pelos projetos.

Nas zonas rurais, o "capital social" necessário ao desenvolvimento manifesta-se ao nível das alianças familiares, por exemplo, através do trabalho informal dos agricultores familiares, bem como em alianças destes agricultores para a utilização partilhada da terra e o desenvolvimento de atividades produtivas. A nível médio e macro, expressa-se através de movimentos sociais, movimentos cooperativos e sindicatos. É indiscutível, portanto, a existência de capital social no meio rural. Neste sentido, o capital social deve ser construído ou adaptado com base no que já existe, de acordo com os novos desafios, minimizando os potenciais conflitos de interesses e tendo em vista uma "aliança instrumental" entre os diferentes grupos de poder, ou seja, o Estado, o sector privado, os agricultores e as organizações e associações locais. Por último, é evidente que o capital social não é um fim em si mesmo, mas antes uma condição necessária para a execução eficaz de certas atividades e para a sustentabilidade das associações e atividades de luta contra as desigualdades de género. Neste contexto, o capital social pode ser visto como o óleo que acelera os mecanismos e as relações necessárias para atingir esses objetivos. Uma vez que o capital social nunca está ausente e, além disso, não tem limites, os programas e projetos devem ativar o capital social existente na medida do possível e moldá-lo de forma a que seja o mais funcional possível para responder às necessidades locais. Em suma, o capital social é simultaneamente um contributo inicial ("ponto de partida") e um resultado de programas e projetos ("ponto de chegada").

Referências Bibliográficas

Amaro, R. (2018). *Manual de práticas e métodos sobre grupos comunitários* (1 ed.). Leigos para o Desenvolvimento

Alfaro, R.M. (2006) Otra Brújula. Innovaciones en comunicación y desarrollo. Lima: Calandria.

Atria, R., Siles, M. E., Arriagada, I., Robison, L. J., & Whiteford, S. (2003). Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. - Fukuyama (2003)

Rivera, M., Knickel, K., María Díaz-Puente, J., & Afonso, A. (2019). O papel do capital social no desenvolvimento agrícola e rural: lições aprendidas com estudos de caso em sete países. *Sociologia Ruralis* , 59 (1), 66-91.

Costa, Z. F., & Silva, C. A. (2018). Lógicas do Empowerment Comunitário e Capital Social em Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste. *Desenvolvimento e Sociedade*, 3(4), 131-152.

Evans, P. (1996). Ação governamental, capital social e desenvolvimento: revisando as evidências sobre sinergia. *Desenvolvimento mundial* , 24 (6), 1119-1132.

Fukuyama, F. (2003). Capital social y desarrollo: la agenda venidera. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2326/S029693_es.pdf

Friedmann, J. (1992). Empoderamento: A política de desenvolvimento alternativo . John Wiley e Filhos.

Hickey, S. e Mohan, G. (2004). Rumo à participação como transformação: temas críticos e desafios. *Participação: Da tirania à transformação? Explorando novas abordagens para a participação no desenvolvimento* , 3-24.

Kliksberg, B. (1999a) Social capital and culture. *Cepal Review* 69 p. 83

Kliksberg, B. (1999b) El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. *Revista Venezolana de Gerencia* 4 (9) pp. 11–50

Rivera, M., Knickel, K., María Díaz-Puente, J., & Afonso, A. (2019). O papel do capital social no desenvolvimento agrícola e rural: lições aprendidas com estudos de caso em sete países. *Sociologia Ruralis* , 59 (1), 66-91.

Molyneux, M. (2002). Gender and the silences of social capital: Lessons from Latin America. *Development and change*, 33(2), 167-188.

Miguel, A. P. B. (2021). As associações na dinamização cultural local (Tese de doutoramento).

Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., & Quintal, E. (2016). Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal. Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)/Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Torres, A., Haas, B., Steiber, N., & Brites, R. (2007). Primeiro Inquérito Europeu sobre a Qualidade de Vida: Uso do tempo e opções de trabalho-vida ao longo do curso de vida (No. 1^a edição). Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

Torres, A. (2018). Sexo e Gênero: problematização conceitual e hierarquização das relações de gênero. Textos de apoio ao doutorado em estudos de gênero. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .

Projeto MAIs: a metodologia do Mapa da Sociodiversidade

DIANA GOMES¹, Cristina Bandeira², Cristina Amaro da Costa^{1, 3}

¹Instituto Politécnico de Viseu

²Associação Fragas e UMAR (União Mulheres Alternativa Resposta);

³CERNAS (Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade)

1. INTRODUÇÃO

O projeto MAIs tem como objetivo aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, através da sua capacitação, contribuindo para a maior visibilidade do seu papel social e para o aumento da igualdade entre homens e mulheres (em concordância com a Carta das Nações Unidas, Agenda 2030 (5.5. e 5.a) e Declaração Universal de Direitos Humanos).

A literatura nacional e europeia é consensual na afirmação de que a participação das mulheres no crescimento económico é estratégico para os objetivos da EU2020, e que o seu papel nas áreas rurais e na agricultura é de enorme importância. As razões que justificam a importância das mulheres na agricultura relacionam-se com a sua capacidade de inovação e diversificação de atividades; força motora na manutenção, conservação e desenvolvimento das zonas rurais; preservação de memórias e saberes tradicionais e na garantia de uma alimentação e nutrição saudáveis. No entanto, a maioria destas mulheres permanece invisível nas estatísticas da agricultura porque, muitas vezes, elas próprias não se consideram trabalhadoras rurais, não se inscrevem na segurança social e não assumem a propriedade das terras (ficando esse papel atribuído aos homens). Em resultado, estas mulheres conhecem fortes vulnerabilidades, nomeadamente ao nível das desigualdades de género e dependência económica, acentuadas pela sua fraca representatividade nas estruturas associativas locais e nos lugares de decisão.

Este projeto tem por foco o estímulo da cidadania ativa e da visibilidade e participação social das mulheres agricultoras na esfera pública e no desenvolvimento local, conforme objetivo da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação e do Programa de Conciliação e Igualdade de Género das EEagrans.

Este artigo reporta o processo e os resultados da atividade de construção dos mapas da sociodiversidade – metodologia aplicada de forma integrada com as cadernetas agroecológicas – e que se enquadra na intervenção do projeto no que diz respeito ao âmbito da participação cívica e associativa, e do desenvolvimento de um referencial de competências técnicas e sociais das mulheres agricultoras. O objetivo geral desta atividade é consciencializar as agricultoras para o seu trabalho, através da promoção de uma reflexão individual e conjunta sobre a sua rotina diária.

Os objetivos específicos foram:

- Conhecer os lugares que a mulher frequenta ao longo do dia, bem como o uso dos seus tempos e o grau de autonomia na tomada de decisões dentro da família;
- Assegurar o olhar e a percepção que as mulheres rurais têm sobre o agroecossistema e dinâmica familiar, bem como sobre a sua participação e relação com os espaços públicos que frequentam ou não;

- Compreender as relações de poder que se estabelecem nos distintos espaços entre os diferentes membros da família (homem, mulher e/ou filhos/as).

Apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre metodologias participativas, com particular foco no uso de mapas da sociodiversidade. Descreve-se todo o processo realizado desde a preparação da atividade, ao contacto com as participantes, bem como a dinamização da sessão. A partir da análise dos resultados, estabelecem-se algumas conclusões e pistas gerais para as atividades do projeto no âmbito do eixo da participação cívica/ comunitária e das ações de formação/ capacitação.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 Mapa da sociodiversidade enquanto abordagem exploratória do projeto MAIs

Diversos trabalhos, que integram metodologias participativas, referem que atividades relacionadas com a realidade vivida por mulheres do campo ajudam no fortalecimento de movimentos coletivos, bem como na partilha e construção de experiências de vida (Moreira & Sulzbacher, 2020).

A metodologia utilizada é uma adaptação do mapa da sociodiversidade, que integra o Guia metodológico da caderneta agroecológica (Cardoso et al., 2019). Após uma pesquisa em várias bases de dados conclui-se que não existe registo da utilização deste método noutros trabalhos. O Guia metodológico da caderneta agroecológica é um manual que pretende nortear uma aplicação integrada da Caderneta Agroecológica, do Mapa da Sociobiodiversidade e de Questionários junto das mulheres agricultoras. A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico que tem como objetivo quantificar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras, contribuindo para a promoção da sua autonomia e empoderamento (*ibidem*). A operacionalização da caderneta consiste no registo diário dos produtos (vegetais, animais, transformados, artesanato) que são consumidos pela família, doados, trocados com outras pessoas e vendidos – este registo permite ir para além das bases da economia capitalista, pois não considera apenas como parte da economia as atividades que integram o mercado formal e geram dinheiro. Este tipo de metodologias permite desvendar e quantificar o trabalho não remunerado que inclui trabalho de cuidado (como cuidar de crianças, idosos e doentes), trabalho doméstico (como cozinar, limpar e lavar roupa) e o trabalho agrícola (por exemplo, na agricultura de subsistência ou em explorações familiares).

O mapa da sociodiversidade distancia-se da Caderneta Agroecológica pelo facto de se pretender conhecer o papel da mulher não apenas na exploração agrícola, mas também no espaço privado doméstico e na esfera pública.

O mapa da sociodiversidade vem permitir o reconhecimento dos lugares de produção das agricultoras. A aplicação desta metodologia consiste em facilitar que cada mulher construísse um mapa, através da colagem de figuras-chave (disponibilizadas pela equipa) que remetem aos vários universos de interação social, e estimular que desenhem e acrescentem frases que legendem a sua rotina diária e permitam a representação o mais fiel possível dos lugares que frequentam ao longo do dia, e das atividades/tarefas que desenvolvem em cada um deles.

Para ajudar nessa reflexão, deve perguntar-se à mulher o que ela faz durante um dia normal de trabalho, o que nos irá permitir analisar a separação e a hierarquia/importância de cada uma das atividades feitas por género, bem como as representações sobre a divisão sexual do trabalho e a forma como esta se materializa

nos espaços. Assim, o mapa deverá ser complementado com menção a quem realiza as tarefas em cada um dos lugares de trabalho. É importante ter em conta que muitas vezes, o trabalho é considerado pelas mulheres como “ajuda”, o que as leva a se colocarem no lugar de “ajudantes”, quando na verdade são protagonistas na medida em que realizam esse trabalho de forma autónoma (Cardoso et al, 2019).

Pretende-se que as participantes assinalem os lugares onde “decidem”, ou seja, quando são elas que determinam o que vai ser realizado, como e quando, sendo que nesses locais, elas podem ter ou não a ajuda da família. A casa, o quintal e os demais lugares protagonizados pelas mulheres devem aparecer de forma clara nesse mapa. Este deve ser o mais completo e detalhado possível, incluindo todas as informações relativas a atividades/tarefas e lugares que, normalmente, são invisibilizados ou esquecidos.

Após a elaboração do mapa, a equipa técnica deve convidar as mulheres a apresentarem ao grupo o seu mapa, estimulando o diálogo e a partilha de experiências.

2.1.1 Preparação e dinamização da sessão

A equipa contactou por telefone as beneficiárias do projeto, convidando-as a participar na sessão. Após a receção do parecer positivo da comissão de ética do Instituto Politécnico de Viseu, avançamos para a realização das sessões, que aconteceram em S. Pedro do Sul em dois momentos (pelo facto de termos acrescentado mulheres de mais duas aldeias do município ao projeto) nos dias 17 de fevereiro e 11 de março; e no Sabugal no dia 23 de março. A duração das sessões foi de, aproximadamente, 2 horas. No início das sessões, foi feita uma breve apresentação do Projeto MAIs, dos elementos da equipa dinamizadora e dos objetivos da sessão. A atividade decorreu em salas disponibilizadas pelas câmaras municipais. Mediante informação prévia recolhida, foi feita uma seleção de desenhos para serem usados na construção dos mapas e foram disponibilizados, ainda, outros materiais, tais como: folhas de papel, marcadores e tubos de cola. Foi assegurado registo fotográfico durante a sessão (com o preenchimento prévio de um consentimento informado pelas participantes). A dinamização destas sessões coube a dois membros da equipa, que contaram com o apoio da coordenação do projeto e de alguns parceiros.

2.1.2 Amostra final e caracterização sociodemográfica

Os critérios de seleção das participantes foram a atividade profissional (agricultura ou pecuária), o sexo (feminino) e a familiaridade com os assuntos em análise com o objetivo de fomentar um ambiente confortável, onde todas as participantes pudessem partilhar experiências. Participaram na elaboração do mapa da biodiversidade 17 agricultoras (6 no Sabugal e 11 em S. Pedro do Sul). O número de participantes foi satisfatório, pois neste tipo de abordagem de cariz mais qualitativo não se beneficia com uma grande amostra. A constituição dos grupos revelou-se tendencialmente uniforme em termos de escolaridade, idade e estado civil: com uma média etária de 55 anos, a maioria (n=13) com escolaridade entre o 4º e o 9º ano e casadas ou em união de facto (n=12).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Da transcrição à análise de dados

Para a tarefa de tratamento dos dados qualitativos recolhidos foi utilizada uma abordagem de análise de conteúdo categorial, que condensou métodos quantitativos e qualitativos de análise. A categorização permitiu a redução da complexidade do material e a identificação dos principais assuntos abordados (Dantas, 2016), permitindo assim o seu tratamento, cujo resultado é essencialmente descritivo (Guerra, 2006).

A condensação de formas quantitativas e qualitativas de análise de conteúdo, seguindo os seus princípios (tal como enunciam Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 227), permitiu detetar possíveis temáticas cujo estudo deveria ser aprofundado mediante a aplicação de outros instrumentos e técnicas de investigação, como também, ofereceu contributos para possíveis caminhos de intervenção a seguir.



Figura 1 Exemplo de um dos mapas realizados

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento da informação que tem com objetivo descrever objetiva e sistematicamente o conteúdo das comunicações, tendo como finalidade a sua interpretação (Bardin, 2002). Esta pode incidir sobre os significantes da comunicação (palavras, léxico...) ou sobre os significados da comunicação (temas, problemáticas), sendo que neste caso interessa-nos os últimos. Acertada a modalidade, procedeu-se a uma pré-análise: uma análise temática e aberta dos mapas, ou seja, uma leitura livre e “flutuante” do corpus dos mapas (das imagens e da informação escrita pelas participantes), realizada por cada investigador para identificar as dimensões e sub-dimensões. Esta leitura teve em conta a exaustividade, a representatividade das temáticas que se pretendem estudar, a homogeneidade dos critérios de escolha e a pertinência em relação aos objetivos teóricos.

Para a análise considerou-se que iriam ser submetidas a este procedimento 17 mapas e definiram-se as dimensões chave para interpretar os dados recolhidos, nomeadamente: 1- exploração agrícola; 2- espaço doméstico e 3- espaço público. Relativamente à fase de exploração do material optou-se pela decomposição das imagens coladas e do texto já transcrito em unidades de registo, identificando as colagens e as frases que se inserem nas dimensões e nas sub-dimensões. Este

procedimento foi feito em cada mapa, sendo complementado de seguida por um segundo procedimento, em que se contabilizou a presença de cada subcategoria, permitindo assim uma análise horizontal destas. A partir deste procedimento obteve-se uma leitura dos mapas como um todo, permitindo detetar as similitudes e diferenças principais entre as participantes, com especial ênfase nas possíveis diferenças a nível regional.

Nos pontos que se seguem iremos apresentar uma análise descritiva do material qualitativo organizado por dimensões de análise e suas respectivas categorias temáticas. Esta será feita com recurso à quantificação das imagens que compõem as categorias e subcategorias, complementando com os respectivos excertos escritos.

A) Exploração agrícola

A maior parte das agricultoras (dos dois concelhos) referem que a sua rotina começa muito cedo e que têm poucas horas de sono.

“Durmo 4 ou 5h por noite.” (mapa 6 do Sabugal)

“(...) acordo entre as 5:30h e as 7h (...).” (mapa 3 do Sabugal)

“Descanso 7h por dia (...).” (mapa 10 de S. Pedro do Sul)

“Levanto-me às 8h (...).” (mapa 9 de S. Pedro do Sul)

As duas tarefas agrícolas mais mencionadas foram a alimentação dos animais e o trabalho na horta. Os espaços onde passam a maior parte do seu tempo são as instalações agrícolas (onde guardam os animais e os materiais de trabalho) e a exploração agrícola. Do total das 17 participantes, 14 possuem animais, de entre os quais: vacas, ovelhas, cabras, cavalos, abelhas, burros, coelhos, porcos e galinhas – com aptidão produtiva para leite, ovos, carne e mel. A produção de hortícolas também é variada e abundante, sobretudo em S. Pedro do Sul: cebolas, alhos, couves, repolho, nabos, grelos, abóboras, chilas, meloas, pepinos, tomates, pimentos, alhos, repolhos, cebolo; o Sabugal caracteriza-se mais pela produção pecuária.

A paisagem que envolve as explorações destas agricultoras é constituída, na sua maioria, por floresta (n=12) e árvores de fruto (n=10). A água utilizada para o trabalho agrícola é, em grande parte, proveniente de poços e minas de água, apenas duas agricultoras dizem utilizar água do rio ou nascente. O trabalho manual é maioritariamente realizado pelas mulheres, o que engloba tarefas como: plantar, colher, limpar os terrenos, regar, fazer sementeira -, por outro lado, o trabalho agrícola mecanizado é tarefa dos homens, como por exemplo a condução do trator que é mencionada por 5 agricultoras de S. Pedro do Sul como sendo tarefa masculina. Podemos verificar que existe uma diferença entre os dois concelhos, pois as duas agricultoras do Sabugal que mencionaram o trator como ferramenta de trabalho referem que são responsáveis pela sua condução, ao contrário do que acontece em S. Pedro do Sul. A jardinagem também é referida como sendo parte integrante da rotina diária de 7 participantes, porém é uma atividade que é vista como um hobby. As agricultoras de S. Pedro do Sul, mais concretamente as da aldeia da Rompecilha e de Covelinhas, ainda realizam o ciclo do linho e da lã (respetivamente), porém esta atividade é desempenhada de forma recreativa, com o apoio das associações locais.

Para além do trabalho agrícola, três agricultoras mencionam outras atividades profissionais, nomeadamente: 1) Produção de bolos, licores, biscoitos, chás e compotas

com os produtos que produz; 2) trabalho num café; 3) produção de pão no forno comunitário.

B) Espaço doméstico

Na dimensão do espaço doméstico surgiram duas sub-dimensões: as tarefas domésticas e as atividades de lazer e hobbies. Através das transcrições foi possível perceber que as tarefas domésticas são responsabilidade da maior parte das mulheres e, nos casos em que não são, estão a cargo das mães ou outras mulheres do agregado familiar.

“A minha mãe é quem trata das refeições, da roupa e das compras.” (mapa 2 do Sabugal)

“Faço as tarefas domésticas todas.” (mapa 1 de S. Pedro Sul)

As duas tarefas domésticas que mais vezes aparecem são estender roupa (n=15) e cozinar (n=16); as restantes são lavar loiça e roupa que são mencionadas 8 vezes.

Para uma das agricultoras o trabalho doméstico é prioritário em relação ao trabalho agrícola:

“O tempo da agricultura é o que sobra do trabalho doméstico.” (mapa 11 de S. Pedro do Sul)

Por outro lado, também existe a situação contrária:

“Faço as tarefas domésticas em casa nas horas vagas.” (mapa 4 do Sabugal)

Em relação às atividades no espectro do lazer e hobbies, as agricultoras referiram algumas, nomeadamente: crochet/arraiolos (n=2); ver televisão (n=6); passear (n=1); e fazer caminhadas (n=3). A categoria “descansar” também surge nesta sub-dimensão (n=11), pois devido à grande carga de trabalho diária destas agricultoras, muitas delas utilizam os tempos livres para o descanso. As agricultoras de S. Pedro do Sul pertencentes às aldeias de Rompecilha e Covelinhas mencionaram as duas Associações locais (Associação Arcas de Covelinhas e a Associação Cultural e Desportiva de Covelinhas) como sendo locais que lhes permitem realizar atividades de lazer em comunidade, como ilustra o seguinte excerto:

“Na Associação Arcas de covelinhas fazemos malha, tomamos café, dançamos e conversamos” (mapa 3 de S. Pedro do Sul)

C) No espaço público

Os locais do espaço público utilizados pelas agricultoras são, em grande parte, espaços de acesso a bens e serviços nas áreas da saúde, do apoio financeiro, do transporte e da compra e venda de produtos. Os locais mais frequentados dentro desse espectro são: o mercado (n=10), o centro de saúde ou hospital (n=6), a farmácia (n=7), o banco (n=6), os correios (n=1) e o forno comunitário (n=1). Os restantes espaços são palco de atividades na comunidade de cariz cultural, associativo e religioso: Associação Arcas de Covelinhas (n=3), Atelier de artes (n=1), Associação Cultural e Desportiva da Rompecilha (n=1), biblioteca (n=4) e igreja (n=7).

Deste modo, é possível perceber que as participantes frequentam vários espaços públicos durante o dia, com o objetivo de realizar tarefas que asseguraram o cuidado do

agregado familiar e a gestão do espaço doméstico, na maior parte das vezes sem contar com o apoio de outros familiares

“Sou só eu que vou às compras.” (mapa 6 do Sabugal)

“Ao centro de saúde vou quando preciso, sozinha ou com o marido.” (mapa 11 de S. Pedro do Sul)

“Marco consultas e exames; compro medicamentos para mim e para o marido.” (mapa 4 de S. Pedro do Sul)

Embora tenham sido reconhecidos alguns espaços comunitários de participação cívica e associativa, o número de mulheres que os frequentam é bastante reduzido. Estes dados vêm reforçar a informação anterior relativa à grande carga de trabalho e à existência de pouco tempo para o envolvimento em atividades culturais e recreativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapa da sociodiversidade permitiu perceber que as mulheres realizam atividades produtivas e não produtivas, agrícolas e não-agrícolas, ou seja, conseguiu-se desvendar um grande espectro de contribuições feitas pelas agricultoras que não são reconhecidas pela lógica mercantil que domina os mercados formais. No início das sessões foi possível perceber a desvalorização que as próprias mulheres coferiam ao seu trabalho, pois a maior parte delas não tinha desperta a consciência de que realiza inúmeras atividades cheias de valor para a sua família, para a comunidade e para a natureza. A invisibilidade da produção agrícola familiar parte do não reconhecimento do trabalho que é realizado nos terrenos privados, pois este é visto como extensão do espaço doméstico e não é percebido como espaço produtivo apesar de ser o local de produção para autoconsumo e garante da soberania e segurança alimentar das famílias (Conselho Económico e Social das Nações Unidas, 2017). Foi possível identificar a enorme contribuição para a renda do agregado familiar através dos diversos produtos que são produzidos para autoconsumo. Também se verificou que o trabalho doméstico é responsabilidade das mulheres, mantendo-se a estrutura social dos géneros que organiza as tarefas domésticas como inerentes ao sexo feminino. No que diz respeito ao uso dos tempos, surgiram algumas pistas, nomeadamente: a carga de trabalho diário é bastante elevada; existe pouco tempo para atividades de lazer; a jornada de trabalho começa cedo e acaba tarde.

A maior parte das participantes trabalha na agricultura a tempo inteiro e os seus maridos têm outros trabalhos não agrícolas. Wall (1986) explica isto através do fenómeno da feminização do trabalho agrícola e mostra como a complementaridade do trabalho da mulher e do homem centra-se em parte no tempo: “(trabalho da mulher— semear, mondar, sachar, regar, tratar dos animais, vender no mercado — durante a semana; algum trabalho masculino ao fim da tarde — na horta — e sobretudo ao fim-de-semana — podar a vinha, por exemplo; grandes trabalhos ao fim-de-semana); as máquinas executam alguns trabalhos que antes dependiam do trabalho conjunto do homem e da mulher. À presença regular da mulher no trabalho agrícola contrapõe-se quase sempre uma presença masculina irregular e mais ou menos importante, segundo a forma social de proletarização” (Wall, 1986, pág. 662). As transformações sociais e económicas que surgiram a partir de 1960 (novas atividades económicas ligadas à indústria e os fluxos

migratórios para a Europa) afastaram muitos homens da agricultura enquanto atividade principal, gerando uma progressiva feminização do trabalho agrícola, tornando mais evidente o trabalho da mulher. Estas transformações também tiveram consequências positivas na utilização do espaço público por parte das mulheres, nomeadamente através da expansão da sua circulação e vida social para contextos exteriores à comunidade onde habitavam (Gomes et al., 2016). No entanto, concluímos que os espaços públicos identificados pelas agricultoras estão, na sua maioria, ligados às suas atividades de trabalho agrícola e doméstico. As mulheres ainda permanecem muito condicionadas ao espaço privado da casa e sendo as protagonistas das narrativas que envolvem família e cuidados com os filhos (Ibidem). De acordo com Carmo (2007 in Gomes et al., 2016), observa-se uma “(...) permanência das relações assimétricas entre homens e mulheres relacionadas com as atividades quotidianas, sendo disso exemplo, as atividades de lazer, que no caso das mulheres estão associadas às suas atividades de trabalho, ao contrário do que sucede com os homens” (Ibidem, pág.118). Contudo, esta metodologia revelou algumas limitações, nomeadamente em relação à medição do grau de autonomia na tomada de decisões dentro da família e na compreensão das relações de poder que se estabelecem nos distintos espaços entre os diferentes membros da família. O mapa da sociodiversidade é uma técnica de investigação que permite traçar uma leitura mais geral e superficial sobre a rotina diária e espaços frequentados pelas agricultoras. Para obter uma leitura mais profunda sobre estes tópicos talvez seria necessário aumentar o tempo de realização dos mapas e pedir informações mais específicas. Porém, esta metodologia permitiu concretizar o nosso objetivo geral com sucesso, abrindo caminho para a visibilização do trabalho da mulher agricultora e do debate sobre o género no meio rural.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2002). Análise de Conteúdo – primeira parte, história e teoria. Lisboa: Edições, 70
- Cardoso, E., Jalil, L., ALVARENGA, C., & Weitzman, R. (2019). Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA
- Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2017). Proposta de Resolução do Parlamento Europeu: sobre mulheres, igualdade de género e justiça climática (Relatório nº 2017/2086). Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros
- Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2017, Março 12-23. Challenges and opportunities in achieving gender equality and the empowerment of rural women and girls [Conference session]. Commission on the Status of Women, Nova Yorque. <https://plataformamulheres.org.pt/ppdm-na-csw62-empoderamento-das-mulheres-rurais/>
- Dantas, A. (2016). Análise de conteúdo. Metodologias de investigação sociológica, 261-286

Gomes, R. D. C. M., Nogueira, C., & Toneli, M. J. F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, 28, 115-124

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Lucerna

Moreira, M. J., & Sulzbacher, A. W. (2020). A educação não formal e metodologias participativas para trabalho com mulheres do campo. *Cadernos de Agroecologia*, 15(3)

Quivy, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (2003). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3^a. Edição. Lisboa, Edições Gradiva

Wall, K. (1986). A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo. *Análise Social*, 22(92/93), 661-668

Igualdade de género em territórios do interior - o papel do poder local - reflexão a partir da formação de atores locais

Ângela ABREU¹,

¹Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Portugal

1. Introdução

Quando era pequena e íamos lanchar à confeitoria Ateneia no Porto, o meu pai contava-me que no tempo da “Outra Senhora” as senhoras endinheiradas iam lanchar à Ateneia e pediam um chá. Os empregados traziam então as chávenas de porcelana, mas em vez de chá vinham cheias de vinho branco. Era o chamado “chá frio”, a forma que encontraram para contornar a impossibilidade de frequentarem os cafés, destinados aos homens e beberem bebidas alcoólicas.

Podemos pensar que com a revolução e a constituição de 76 a consagrar a plena igualdade de direitos, já estaríamos mais avançados na concretização dos direitos das mulheres no nosso país.

Mas não é assim, quase 50 anos depois a continuamos a legislar para que a igualdade se concretize:

Foram lançados 6 planos nacionais, o primeiro em 1997 (Plano Global para a Igualdade de Oportunidades) e o último em vigor entre 2023 e 2026 (VI Plano de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres). Ainda em 2023 foi lançada a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND), uma intervenção a longo prazo que engloba o VI Plano e mais dois: Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (CIG 2023).

Vinte e seis anos de Planos e de boas intenções por parte da Comunidade Europeia e da Administração Central parecem produzir ainda poucos resultados.

Como em muitas áreas da Política Social a intervenção nesta área parece fazer-se por “decreto” e não por consciência da importância do tema.

Em 2015, 193 países subscreveram a Agenda 2030 “Transformando o nosso mundo” e colocaram a Igualdade de Género como um dos objetivos, o 5ºc, comprometendo-se a realiza-lo.

Apesar do objetivo ser genérico e os territórios terem as suas especificidades, foi um passo importante, e o facto de ser desdobrado em 9 metas permitiu englobar as dimensões mais relevantes do tema e proporcionar alguns instrumentos para intervir nesta área.

Assume-se assim que a perspetiva de género é uma forma de abordar todas as desigualdades, e que ao realizar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres estamos a contribuir para a concretização dos restantes objetivos e metas.

A igualdade de género não é apenas um assunto de mulheres, mas é transversal a todas as políticas e dimensões da vida social. (Feminismos do Centro 2017)

Temos, pois, que perceber que se continuarmos a desvalorizar as desigualdades não teremos o desejável desenvolvimento integrado, pois a igualdade de direitos é um dos elementos desse desenvolvimento.

2. Conceitos importantes para a concretização da Igualdade de Género: Interseccionalidade e territorialização

A ENIND, incorpora o conceito de **interseccionalidade**, que se tem tornado imperativo na luta pela igualdade de direitos. Fala-se de mulheres e homens e não de mulher e homem, uma vez que existem múltiplas facetas que vão para lá do género: a raça, a classe, a geração, a localização geográfica, entre outros, fatores esses que moldam as desigualdades.

É, pois, necessário fazer a intersecção do conceito de género com outras categorias explicativas das relações sociais.

“O debate sobre interseccionalidade (s) permite ver que existem diferentes perspetivas de abordagem que podem dar maior ou menor poder de agência, ou seja capacidade de agir para mudar” (Tavares 2018).

Falando apenas de mulher, escondem-se as diferenças, consolida-se a convicção que existe homogeneidade e contribui-se para a normalização de comportamentos.

Através deste conceito, a diversidade entre os grupos é destacada e desta forma as políticas podem ser mais eficazes na sua aplicação, adequadas às características de cada grupo social e indo de encontro à desejada mudança.

A interseccionalidade tem-se reforçado através dos vários Planos Nacionais neste domínio, que têm acentuado a necessidade de uma perspetiva múltipla da intervenção, através da articulação dos vários Ministérios e da presença da igualdade como um imperativo transversal às políticas da Administração central. No entanto, “Esta nova arquitetura institucional indica que Portugal está longe de adotar o modelo *integrado* promovido pela UE, baseado na criação de um único organismo para todas as desigualdades. Na realidade, parece apostar em manter os “velhos” órgãos de igualdade, ainda que promovendo uma maior interligação entre eles.” (Alonso 2010).

A ENIND Incorpora ainda o conceito de **Territorialização**, que pressupõe que as políticas públicas para a Igualdade de género sejam territorializadas, adaptadas às diferentes realidades.

Um dos instrumentos dessas políticas são os Planos Municipais para a Igualdade (PMI), compromissos das autarquias com a política de promoção da Igualdade de Género e não discriminação, baseados em diagnósticos, e em articulação com as Redes Sociais concelhias, envolvendo os atores locais na sua conceção e aplicação.

Estes Planos foram formalizados no III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género para o período 2007/2010, mas apesar do financiamento disponível apenas poucos Municípios aderiram.

“Em finais de 2011 (...) contavam-se (...) 6 diagnósticos municipais realizados e 5 planos municipais para a igualdade de género, aprovados na medida 7.2 do POPH, 55 planos municipais para a igualdade e, ainda, 79 protocolos de colaboração com a CIG.” (Queirós 2012)

A Lei 75/2013 que aprovou o regime jurídico das Autarquias Locais, determinou no Artigo 33º, nº 1, alínea q), que é atribuição da Câmara Municipal “assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade” (Lei 75/2013).

Apesar da força da lei a adesão dos Municípios aos PMI tem sido lenta. Em 2016 registavam-se 86 municípios com plano e em outubro de 2023 existiam ainda 116

Municípios sem PMI, grande parte deles no Alentejo e Algarve. (Queirós; Guerreiro; Paiva 2017).

3. A luta contra a discriminação nos Territórios Rurais

A territorialização da ENIND passa pois pelas autarquias locais e pelas comunidades intermunicipais.

No distrito de Viseu, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM) chamou a si o processo de elaboração dos Planos Municipais no âmbito do Projeto + Igual Viseu Dão Lafões financiado pelo POISE – Programa Operacional para a Inclusão e o Emprego.

Na CIM foi realizado um diagnóstico em cada concelho, que procurou analisar as estatísticas por sexo, para se poder conhecer a situação de mulheres e homens no município e, no caso de S. Pedro do Sul utilizou as técnicas de brainstorming e World Café para a auscultação dos atores locais e desenho do PMID. (CIM Viseu Dão Lafões 2022)

Em 2022 os 14 da CIM municípios apresentaram os seus Planos (elaborados por uma entidade externa) que terão uma vigência de 3 anos (2022/2025)

Para que haja avanços neste campo, esta delegação tem que ser operacionalizada através de um empenho efetivo dos atores locais pois o histórico de muitos projetos diz-nos que algumas redes apenas existem para dar resposta às candidaturas que vão sendo disponibilizadas para os territórios.

As autarquias têm que assumir esta problemática como central e ao criarem medidas e políticas para os territórios procurar que elas contrariem as discriminações e concretizem os direitos de todos, homens e mulheres.

Como empregadores, deverão também promover iniciativas no âmbito da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, da não discriminação salarial e que permitam o acesso de mulheres aos lugares de chefia.

Assim, as autarquias têm uma grande responsabilidade sobre os seus ombros, a de desenvolver Planos ajustados à realidade do território, articulados com as medidas nacionais e europeias e que consigam envolver os atores locais, mas simultaneamente os capacitem para a ação e a mudança.

Importância da formação- Reflexão pessoal a partir do workshop do Projeto Mais

Os Planos, mesmo feitos segundo as indicações da CIG e corretos na técnica e na metodologia serão sempre frágeis se não priorizarem a formação dos atores locais.

Se as Equipas para a Igualdade na Vida local, os representantes da educação e outros não alterarem as suas representações, juízos de valor e estereótipos estaremos a replicar os cenários de desigualdades em vez de promover a mudança.

Uma das iniciativas do projeto Mais foi uma Workshop de formação em Igualdade de Género na agricultura com a duração de 20 horas em abril de 2023.

Este workshop, embora com um número de horas reduzido, permitiu-me acordar para esta problemática, questionar-me sobre os meus valores e reconhecer que tenho inculcados sem dar conta estereótipos tradicionais de género.

Vejo agora os comportamentos e relações por outro prisma, e dessa forma consigo fazer uma reflexão crítica sobre um conjunto de situações que observo no território.

Quando vim para S. Pedro do Sul em 1996 fazia-me muita confusão o facto das mulheres na vila andarem atrás dos homens e de cabeça baixa. Quando o homem parava para falar com alguém, havendo uma planta ou algum obstáculo, a mulher escondia-se atrás, garantindo a sua invisibilidade.

Já passaram mais de 25 anos e as gerações alteraram-se, mas a luta pela igualdade é cada vez mais difícil no nosso meio:

Ao sexismo, que é “qualquer atitude, gesto, representação visual, linguagem oral ou escrita, prática ou comportamento baseado no pressuposto de que uma pessoa ou grupo de pessoas é inferior em razão do sexo, que ocorra na esfera pública ou privada (...) com o objetivo de, ou que tenha como consequência: ofender a dignidade intrínseca ou os direitos de uma pessoa ou um grupo de pessoas” (CIG 2023), que faz com que as discriminações sejam normalizadas e culturalmente aceites juntam-se outros fatores como as distâncias, o isolamento, a falta de serviços, a falta de mão de obra, as dificuldades de mobilidade, a fraca proteção social.

As mulheres em contextos rurais estão limitadas à casa e ao campo e têm menos possibilidades de autonomia e mudança porque a mobilidade, a educação e a formação não lhe são acessíveis.

Muitas vezes dependem financeiramente dos maridos e não conseguem sair de casamentos que já não as satisfazem e mesmo de situações de violência doméstica.

Em 2021 no distrito de Viseu registaram-se 886 ocorrências de Violência doméstica e foi o distrito onde se registou o maior aumento de ocorrências deste tipo relativamente ao ano anterior (817 ocorrências +8,4%). A nível nacional 81,8% das vítimas eram do sexo feminino. (Ministério Administração Interna 2021)

Estes números expressam as discriminações a que muitas mulheres ainda estão sujeitas no distrito de Viseu.

Na aldeia onde vivo em Pindelo dos Milagres - S. Pedro do Sul, o trabalho de apanha dos pequenos frutos é de mulher e são as mulheres da “Capela”; as mulheres “do Olival” as mulheres do “Salgueiro” que o fazem.

Trabalho de homem é a limpeza dos pinhais, a colocação de “peirões”, os trabalhos mais pesados, apesar de, muitas mulheres já o fazerem, pois, a mão de obra é escassa, mas com uma diferença salarial legitimada pelos intervenientes e que penaliza as mulheres.

No espaço de recreio também há discriminação, numa festa de aldeia as mulheres que bebem cerveja são criticadas por homens e mulheres: “Parece tão mal, são umas bêbadas”. As próprias mulheres aceitam que há comportamentos de homens e mulheres: a rua é para os homens, o espaço público é deles e elas são relegadas para o espaço privado: a elas cabe a obrigação de cuidar da casa, dos descendentes e ascendentes porque o instinto é “maternal” e o que se valoriza são as virtudes femininas no contexto da casa. Já dizia a minha avó: Os homens querem-se fora da porta.

Homem que não sai à noite para os cafés é porque “a mulher manda nele, é um pau mandado”; mulher jovem que não sabe cozinhar ou arrumar a casa referem-se ao marido como “casou mal coitado”.

As mulheres muitas vezes não lutam contra a discriminação porque não a sentem, não a veem como tal.

“A repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida ao longo de uma sábia educação. Por tal forma que os mecanismos da repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira daí as suas próprias satisfações.” (Barreno; Costa; Velho 1972)

A luta é contra algo que não é sentido, algo que é culturalmente aceite, visto como natural, continuamente reproduzido, ficando as mulheres imobilizadas na sua condição de desigualdade.

Um exemplo simples de como somos influenciados pelos estereótipos de género é a minha própria experiência.

Eu nasci no Porto, sou socióloga e tenho 51 anos (urbana durante metade da minha vida e relativamente jovem) mas inconscientemente reproduzo os papéis de género das minhas avós: ponho no quarto de banho uma toalha rosa para mim e procuro o vermelho ou castanho para o meu marido; nas refeições, quando sou eu a servir, ponho sempre a melhor parte ou a mais “bonita” para o meu marido e o meu filho; sinto-me culpada quando a casa está desarrumada...

Faço isto sem dar conta e, agora, tomo consciência que tenho práticas incutidas pela educação e socialização familiar que fazem com que eu contribua para o cenário geral de perpetuação das desigualdades.

A Igualdade de Género e não discriminação exige formação, formação específica para os atores que vão trabalhar as políticas.

Isto porque o desconhecimento nestas matérias leva à perpetuação das desigualdades, o conhecimento pelo contrário gera normalmente consciencialização e responsabilização e pode contribuir para a mudança, e essa é a minha experiência com o Workshop.

4. Contributo do Projeto Mais em S. Pedro do Sul

Como disse Simone de Beauvoir “on ne nait pas femme, on le devient” (Beauvoir, 1949). “Não nascemos mulheres tornamo-nos mulheres” (tradução própria). As mulheres são mais que as suas características biológicas, o género é uma construção social e a opressão resulta da forma como se transmite a natureza feminina e se utiliza a sua existência para justificar a subordinação.

O Projeto Mais criou dinâmicas que permitiram ao grupo de mulheres de S. Pedro do Sul começar a reconhecer algumas desigualdades de que são alvo.

Viram que o seu tempo e o seu trabalho não remunerado: tarefas domésticas, preparação das refeições, produção de alimentos têm valor e podem ser quantificados; Reconheceram que o facto de não terem carta de condução as condiciona nas suas atividades, aumentando a sua dependência dos maridos;

Que nunca questionaram o porquê de serem elas a deixar outras atividades para cuidar dos pais ou dos sogros;

Que encontram nas associações a que pertencem a oportunidade para conviver e sair do espaço doméstico.

Permitiu também terem noção que embora dominem no espaço doméstico isso não significa que aí tenham poder pois muitas vezes estão subjugadas à vontade dos maridos ou dos filhos, mas que os variados saberes que detêm são valorizados e podem transformar-se em poder nas suas comunidades:

São as guardiãs das sementes regionais (Manual “Entre Feijões e outras sementes das Hortas de S. Pedro do Sul”);

Têm saberes únicos e em risco de desaparecerem: artesanato, ciclo da linha e lã, cantares (exposição “Das mãos às vozes das Mulheres Agricultoras”).

O trabalho é precisamente esse, desconstruir as práticas de discriminação e mostrar às mulheres que embora não o sintam elas são discriminadas, para poderem reverter a sua condição.

Criar nelas a consciência de que são muito mais do que pensam e que devem assumi-lo, saindo do contexto doméstico e aventurando-se noutros espaços, quebrando os grilhões que as imobilizam.

O Projeto Mais foi uma lufada de ar fresco no território de S. Pedro do Sul e introduziu um conjunto de metodologias que permitem um trabalho de proximidade com as mulheres agricultoras, de forma contínua, promovendo o verdadeiro combate à invisibilidade e desvalorização de que são alvo.

Se cada território fizer a sua parte neste âmbito, se cada organização aumentar a sua capacitação nesta área e integrar a Igualdade de Género nas suas práticas, podemos começar a acreditar que a realidade pode ir paulatinamente de encontro à legislação.

É um trabalho gigantesco o que temos pela frente, mas que, feito à medida, pode ter bons resultados como o Projeto Mais nos tem mostrado.

Referência bibliográficas

Alonso Alba, “A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de Igualdade (s)” in Revista Crítica de Ciências Sociais nº 90/2010 consultado em 5 de dezembro de 2023 em <https://journals.openedition.org/rccs/1760>

Barreno, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa; Costa, Maria Velho “Novas Cartas Portuguesas” (1972) D. Quixote

Beauvoir Simone (1949) “O segundo sexo”, Quetzal.

CIG – Comissão para a Igualdade de Género (2018) Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

CIG (2023), Sexismo - <https://www.cig.gov.pt/bases-de-dados/glossario/> consultado em 5 de dezembro de 2023

Feminismos do Centro (2017) “Localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável numa perspetiva de género”, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.<https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/Relat%C3%B3rio%20de%20Monitoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%202021.pdf>, consultado em 6 de dezembro de 2023.

IGIIAL Viseu Dão Lafões, 2022, “Relatório de Diagnóstico do Município de S. Pedro do Sul”, <https://maisigual.cimvdl.pt/maisigual/> consultado em 5 de dezembro de 2022

Lei nº75/2013 (12 setembro de 2013) obtido a 7 de dezembro de 2023 consultado a 7 de dezembro de 2023 em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2013-56366098-56359576>

Queirós Margarida (2012) “Políticas públicas para a Igualdade – Uma reflexão a partir do Guia para o combate à discriminação nos municípios”, CEG - IGOT-Universidade de Lisboa

Queirós Margarida; Guerreiro Júlia; Paiva João (2017) “Territorialização das Políticas Públicas de Igualdade de Género em Portugal”, Universidade de Lisboa

Tavares Manuela, “Seminário Múltiplas discriminações”, UMAR-União de Mulheres Alternativa e Resposta/Projeto Memória e Feminismo: Múltiplas discriminações” pag.8

A sustentabilidade de projetos de investigação-ação em comunidades rurais

Cristina PARENTE¹, Natália AZEVEDO¹, Rita MADEIRA²

¹ IS-UP/FLUP, Porto, Portugal

² IS-UP, Porto, Portugal

1. Introdução

O meio rural português, composto por 52,5% do total de freguesias do país (INE, 2023), é palco de um processo já longo de despovoamento, perda de serviços e envelhecimento demográfico (Carvalho & Oliveira, 2017). O tecido social e económico está, consequentemente, enfraquecido e desvitalizado, o que tem repercussões negativas na coesão e desenvolvimento do país (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013) e nas condições de vida das comunidades que permanecem nos espaços rurais.

Neste enquadramento, e tendo em conta os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030⁵, investir em projetos de desenvolvimento local em meio rural pode mitigar e ajudar a reverter a situação descrita. A atuação em territórios de baixa densidade impõe uma estratégia integrada capaz de atrair pessoas com a garantia de recursos para educação, saúde e habitação, bem como diversificação da economia, criação de emprego, valorização de recursos endógenos, promoção da participação comunitária e cooperação, baseadas em ações de empoderamento das comunidades (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013), que funcionem como âncoras para a sustentabilidade.

O principal objetivo deste capítulo é refletir sobre a problemática da sustentabilidade em projetos de investigação-ação em meios rurais. O mote para a reflexão foi a experiência de avaliação externa do projeto MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior e, em particular, as virtualidades e os constrangimentos que tais projetos envolvem enquanto processos macrossociais. Duas questões centrais nos ocupam nesta reflexão: i) como operacionalizar projetos de investigação-ação em meios rurais, que integrem em si um conjunto de características que resultam das aprendizagens feitas em projetos-piloto exploratórios, e demonstrem uma maturidade capaz de responder quer aos problemas, quer às incertezas e imprevistos? Por outras palavras: como contribuir para criar uma plataforma de ação que integre um maior controlo sobre os obstáculos e limitações e se munha de condições favoráveis para a concretização dos objetivos?; ii) como se pode escalar esta intervenção de modo a deixar criadas no território e nas pessoas as bases da sustentabilidade das e nas ações promovidas?

A sustentabilidade refere-se à “continuação ou longevidade de benefícios de uma intervenção, após o término do projecto” e “visa, igualmente, saber em que medida os vários detentores de interesse (stakeholders) podem e querem tomar a seu próprio cargo o prosseguimento da realização dos objectivos da intervenção de

⁵ Para mais informação, consultar: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

desenvolvimento" (Equipa K'CIDADE, 2007, p.34). Nesta linha, este capítulo organiza-se em duas partes. Na primeira, aborda-se os projetos de investigação-ação como *semente da sustentabilidade*, questionando como contribuem para criar os alicerces para a sustentabilidade - a *montante* da sustentabilidade. Na segunda, reflete-se sobre os impactos dos projetos nos territórios e nas pessoas, questionando a capacidade de praticar e garantir a sustentabilidade - a *sustentabilidade a jusante*.

2. Os projetos de investigação-ação como semente da sustentabilidade

As abordagens qualitativas participativas de investigação-ação, associadas à Teoria da Mudança (TdM), são particularmente relevantes no trabalho com comunidades rurais, uma vez que permitem pensar e adaptar os projetos às necessidades e características das populações-alvo, promovendo a co-construção da intervenção, a aprendizagem mútua e lançando sementes para a transformação social.

"O desenvolvimento centrado nas pessoas e nos territórios locais é uma via que tem atraído a atenção de políticos, técnicos e académicos, que se baseia, por um lado, numa visão democrática da sociedade e considera os cidadãos e a dita sociedade civil como stakeholders ativos na governança dos assuntos locais, e, por outro lado, numa abordagem integrada, intersectorial, endógena, específica e suportada na investigação na-ação" (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013, p.87).

Dois princípios fundamentais estruturam o desenho operacional dos projetos de investigação na e pela ação (Esteves, 1986): i) são processos complexos, pois integram objetivos de investigação (produzir conhecimentos sobre), de inovação (introduzir transformações e solucionar problemas identificados) e de formação de competências (desenvolver uma aprendizagem social participada); ii) são processos coletivos, que envolvem nas suas fases e nas suas atividades um sujeito ativo coletivo (equipas técnicas e públicos-alvo) (Esteves, 1986), envolvidos mais ou menos afetivamente com os seus desígnios. Contam, de acordo com a abordagem epistemológica que ancora a sua construção, com as seguintes fases: identificação dos problemas e diagnóstico, definição dos objetivos, definição das estratégias, programação das atividades, preparação do plano de acompanhamento e avaliação e publicitação dos resultados do projeto (Guerra, 2006).

Todas as fases de conceção, intervenção e avaliação devem ser flexíveis, participadas e horizontais com forte proximidade ao terreno. A necessidade de uma adaptação constante ao vai e vem das atividades de intervenção dos projetos de desenvolvimento local, respeitando os ritmos dos projetos (e consequentemente das suas populações-alvo e equipas de trabalho), exige investimentos de tempo e recursos humanos e financeiros. As técnicas participativas são uma mais-valia para operacionalizar estes projetos de investigação-ação: dão particular atenção às barreiras de participação dos públicos-alvo, como a linguagem, o transporte e o acesso a atividades (Gervais & Rivard, 2013), mas também às barreiras decorrentes das pertenças institucionais e à presença de estereótipos sobre os territórios e as pessoas.

A fase de avaliação "emerge como uma ação *sine qua non* para potenciar a sustentabilidade dos projetos" (Guerra & Costa, 2016, p.19). Dificuldades e constrangimentos acompanham qualquer processo. Antecipar estes obstáculos é uma

das palavras de ordem, integrá-los nos procedimentos, outra, e reajustar todo o processo, uma necessidade constante. Tal é possível desde que se acompanhe todo o projeto, através de dinâmicas avaliativas, atentando ao seu cariz integrador e participativo, e segundo uma abordagem reflexiva.

O processo da avaliação, como instrumento de aprendizagem, terá tanto mais valor quanto mais efeitos de uso conseguir criar (Schiefer et al., 2006), quer ao longo dos diferentes momentos do projeto, quer após a sua realização. Nesse sentido, surgem como centrais em tal processo as avaliações *ex-post*, enquanto avaliações finais de resultados, e as avaliações *on-going*, de acompanhamento e mesmo monitorização da execução.

“Cada vez mais se reconhece que as avaliações *ex-post* e de impacte de certos tipos de intervenções de desenvolvimento centradas nas populações são muito difíceis de realizar se o sistema de acompanhamento não tiver recolhido os dados de base necessários. Reconhece-se também, de forma crescente, o valor das avaliações participativas que combinam as competências e os pontos de vista de todos os envolvidos nas intervenções a avaliar” (Equipa K'CIDADE, 2007, p.18).

Integrar e ajustar o exercício da avaliação no quadro da TdM parece, de igual modo, um pressuposto operacional relevante para que a preocupação com a sustentabilidade, no sentido da continuidade das intervenções do projeto, se concretize de facto, ultrapassando o plano das intenções. A TdM é uma ferramenta metodológica que assenta na necessidade de tornar explícitos todos os passos para a concretização de determinados objetivos, bem como os seus pressupostos e condições prévias, sendo muito usada em processos de cooperação para o desenvolvimento e na implementação de políticas e programas de mudança. Tem subjacente a necessidade de monitorização e avaliação que, quando integrada em projetos de desenvolvimento local, é mais do que uma ferramenta de avaliação: é um processo contínuo e participado de análise que promove a criação de um ciclo de ação-aprendizagem. Desenvolver uma TdM, enquanto processo de transformação a longo prazo, exige investimentos substanciais em termos de recursos humanos, temporais e financeiros (O'Lynn, 2012), bem como um elevado compromisso entre parceiros e pessoas envolvidas na intervenção. A metodologia caracteriza-se por um elevado grau de flexibilidade que permite adaptar as intervenções e identificar as alterações ocorridas, de modo a assegurar que eficiência da mudança pretendida se atinge.

Neste enquadramento metodológico da TdM, o racional de atuação é uma explicação específica de como um determinado serviço/projeto/atividade “alcançará (através de projeção ou previsão) o que se propõe a alcançar (o objetivo). Implica descrever os vários passos desde a ideia do objetivo a alcançar - e mesmo a sua formulação - até a sua execução. Dito de outro modo, trata-se de um roteiro que pode ser usado para desenvolver estratégias e tomar decisões. Este roteiro compõe-se de várias etapas que é preciso descrever com rigor e entender os vários passos” (Jacquinet, 2021, p.2). Como exercício de avaliação define-se, também, como um exercício partilhado, co-construído e de adaptabilidade constante. Os vários atores presentes nos projetos (sejam as populações-alvo, as equipas de investigação, as equipas técnicas, os parceiros locais, as entidades financiadoras, entre outros) devem ser auscultados e também envolvidos nos processos de avaliação (encarados como uma das fases do próprio projeto, e não como um momento autónomo e final).

Para além do investimento em metodologias e técnicas participativas que garantam o envolvimento comunitário e um processo de avaliação robusto e adequado, a sustentabilidade dos projetos passa por: i) um desenho de projeto de qualidade, pautado a montante por um diagnóstico rigoroso, e a jusante quer pela coerência e clareza, quer pela pertinência e inovação, o que implica o envolvimento de uma equipa competente, comprometida e com preocupações/interesses comuns, desde a fase da conceção; ii) uma definição de estratégias de articulação do projeto e das suas ações com as instituições envolvidas, nomeadamente a instituição de acolhimento e as entidades parceiras, seja a parceria alargada, seja a parceria restrita; iii) uma inclusão de estratégias de captação de financiamentos, assegurando a continuidade temporal dos projetos (Guerra & Costa, 2016).

Relativamente ao envolvimento comunitário, este implica a criação de relações de confiança e redes de contacto, que devem ser aprofundadas com o tempo no sentido da sua autonomização. A criação de capital social exige i) a disponibilidade das comunidades, ii) uma estratégia de compensação das mesmas pela sua participação ativa (ex. serviços técnicos; pagamento de horas de trabalho; fornecimento de uma refeição) e iii) investimento de recursos humanos para uma presença regular da equipa no terreno. Desenvolver um projeto de investigação-ação de forma sustentável “não é uma solução rápida; é antes um processo de longo prazo de mudança que requer investimentos substanciais em termos de tempo dos recursos humanos e empenho” (O’Lynn, 2012, p. 1, trad. livre).

É essencial promover um processo de empoderamento assente numa participação genuína que fomente a autonomia e a assertividade, envolvendo a população local em níveis elevados de cumplicidade e adesão, e que se mantenham após o término do projeto. É necessário romper com as abordagens assistencialistas e caritativas que possam pautar as ações dos técnicos e que poderão favorecer a inação dos participantes. Simultaneamente, é relevante trabalhar em rede e de forma interdisciplinar, com autarquias, administração pública em geral, organizações do terceiro sector e sociedade civil não organizada, num mapa amplo de stakeholders (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013) que têm de reconhecer as parcerias de uma forma séria e rigorosa, assumindo compromissos duráveis no tempo. Em territórios de baixa densidade, as equipas técnicas tendem a ser condescendentes dada a incapacidade de atrair as pessoas comuns.

Destaca-se “a importância de conhecer experiências exteriores e de envolver a população local para atingir níveis de cumplicidade, adesão e comprometimento. São precisos mais contactos com a população, é preciso animar o território, mas faltam agentes ativos e dinamizadores, que promovam mais consensos, que ajudem a ultrapassar obstáculos, a alargar os horizontes e que liderem os processos em determinados momentos” (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013, p.86).

3. A sustentabilidade como impacto da intervenção

Existe, no momento presente, um contexto favorável à intervenção no mundo rural e na agricultura familiar, com políticas europeias e nacionais direcionadas à agricultura familiar e ao interior. A “ruralidade apresenta novas oportunidades e as zonas rurais,

diversificadas, contêm no seu seio grandes potencialidades”, sendo que “atualmente nota-se vontade política em levar por diante o desenvolvimento do chamado ‘interior’” (Barros, 2020, p. 149). Destaca-se o Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar em Portugal⁶ – um documento que resultou de um processo participativo e que contém uma visão para a agricultura familiar no país e metas a atingir, até 2028, no sentido do reconhecimento do contributo social, económico e ambiental deste modelo agrícola na saúde, ambiente e desenvolvimento rural. Projetos de investigação-ação nesta área podem beneficiar desta conjuntura em prol da sustentabilidade das transformações que propõem e iniciam, garantindo financiamento.

A sustentabilidade potencia-se assegurando que os financiamentos são de longa duração e que os projetos incluem fases de acompanhamento aquando da implementação do projeto (*avaliação on-going*) e com fases de avaliação dos impactos pós-intervenção (*avaliação final*), tendo em conta que “o resultado de um projeto de desenvolvimento necessita de três a cinco anos para se poder averiguar os reais impactos” (Guerra, 2006, p. 197). Em simultâneo, deve ser preparada a fase de término do projeto, através de estratégias de manutenção e aprofundamento do trabalho iniciado. Por exemplo, a capacitação das entidades e populações que permanecem nos territórios, nomeadamente entre o poder municipal, regional e local, que desejavelmente deve alavancar associativismo, trabalho em grupo e colaborativo, resolução de conflitos, procura e candidatura a financiamentos e outros apoios. Estão em causa os resultados do próprio projeto, em termos de transformações derivadas da intervenção que implicam, por um lado, processos de empoderamento e, por outro, mudanças organizacionais (Guerra, 2006).

“... um projeto é sustentável quando continua a proporcionar benefícios para os seus participantes por um período prolongado após a assistência financeira ter finalizado. Para isso, é fulcral criar condições para que a equipa do projeto, a instituição de acolhimento, a sociedade e as entidades de financiamento possam, de alguma forma, beneficiar com os resultados/outcomes/outputs do projeto” (Guerra & Costa, 2016, p.22)

A sustentabilidade também se associa à criação de recursos capazes de permitir replicar o projeto - por exemplo, guias metodológicos, bem como outros recursos/artefactos com potencial de serem usados após o fim do projeto (Guerra & Costa, 2016). No mesmo sentido, deve-se considerar a dinamização de atividades com efeitos a longo prazo, desde a preservação de património material e imaterial, à implementação de iniciativas económicas em torno de produtos locais, que permitam gerar mais-valias em termos de emprego e remuneração. Para tal, há que aprofundar o sentido comunitário e a identidade local, valorizando os recursos endógenos. O processo de conscientização relativamente à valorização desses recursos (humanos, económicos, ambientais) vai despertar um “sentimento de identidade do lugar” e, consequentemente, a comunidade passa a estabelecer-se “como autora e detém de maior autonomia para cuidar e dar continuidade às mudanças” (Fabiani, 2019, p.314). Este é um trabalho prévio que exige tempo de cientistas e técnicos, disponibilidade para

⁶ Para mais informações, consultar: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/7494/1/PADAF-2028.pdf>

ouvir, paciência para argumentar junto de actores institucionais territoriais (regionais/lokais) e comuns.

Como a sustentabilidade pressupõe “que novas formas de trabalho e/ou a melhoria dos resultados alcançados se tornem uma prática normalizada” (Guerra & Costa, 2016, p.15), é determinante trabalhar no sentido da autonomização dos grupos de atores sociais. O objetivo último de qualquer projeto de investigação-ação será a criação de espaços de estabilidade e de autogestão nas comunidades-alvo, para que as mudanças sejam visíveis e, acima de tudo, duradouras (Cembranos, Montesinos, & Bustelo, 2001), mesmo após o projeto. Os membros da equipa técnica ou de investigação-ação devem assumir o papel de mediadores/facilitadores, capacitando os participantes e deixando nos grupos e nos territórios as competências necessárias para a manutenção e desenvolvimento dos resultados alcançados com o projeto. Isto implica um processo de aprendizagem por parte das populações que tanto mais se efetiva se atendermos a que “o espaço não-formal das relações educativas toma grande proporção ao se tratar de comunidades rurais” (Amâncio, 2004, p.5).

Recuperando as questões iniciais que norteiam esta reflexão, partilhamos as seguintes recomendações para projetos de investigação-ação sustentáveis com comunidades rurais, entendendo-as na sua *escala de possíveis*:

- i) desenhar e operacionalizar projetos qualitativos, abertos, participativos, horizontais, de cariz formativo para todos os intervenientes, partindo de diagnósticos aprofundados;
- ii) integrar fases de avaliação onde se articulam as fases de recolha de informação e a discussão/reflexão conjuntas sobre os resultados e os desejos e as aspirações, bem como consequentes práticas futuras;
- iii) criar condições para uma melhor e mais frequente participação dos públicos-alvo dos projetos: garantir transporte para a mobilidade geográfica para os intervenientes, em particular as populações-alvo; ajustar a planificação temporal das atividades aos ritmos de trabalho e às disponibilidades das populações envolvidas; dar às populações-alvo feedback das atividades realizadas e sensibilizá-las para a participação, nos seus lugares de pertença, nas atividades de avaliação; ajustar as atividades às características da população, adequando a linguagem e valorizando a educação não-formal;
- iv) desenvolver iniciativas de educação não-formal, de modo a treinar técnicas de co-construção de conhecimento, com pedagogias do concreto adequadas à transferibilidade e interiorização de descoberta sobre e para o *self* para assegurar a consciencialização e empoderamento;
- v) aprofundar e fortalecer a criação de capital social e redes de amizade, partilha e autoajuda/autoconfiança, de modo a solidificar empatia e confiança, alavancar o desejo de criar coletivos (grupos informais e/ou associações, ...) e criar assim uma potencial apetência para a participação cívica das populações, combatendo a cultura individualista;
- vi) dinamizar atividades que envolvam auto-organização e autogestão dos intervenientes, de acordo com as suas potencialidades e capacidades, assumindo a equipa de investigação-ação um papel de facilitador da atividade, garantindo a efetiva aprendizagem, transferência de competências e autonomização dos grupos de atores sociais;

- vii) acompanhar as populações no pós projeto, promovendo a manutenção das transformações iniciadas, e avaliar os impactos do projeto a médio/longo prazos;
- viii) orçamentar a necessidade de recursos humanos e financeiros para processos participativos longos, no terreno, e ajustados às necessidades e disponibilidades das populações envolvidas;
- ix) envolver parceiros diversos, de origem local mas também alargados ao território, de modo a garantir efeito de rede e de escala e contrariando os efeitos do isolamento físico e social;
- x) assegurar o bom desempenho das parcerias restritas e alargadas, desencadeando ações de envolvimento responsável e monitorização capazes de garantir que cada parceiro assuma o papel a que se comprometeu de forma rigorosa e justa;
- xi) intensificar o trabalho, envolvimento e formação de técnicos/as locais e de entidades do território institucionais, bem como de cidadãos comuns (comunidades, grupos, associações, comissões, juntas de freguesia, autarquias, comunidades intermunicipais, comissões de coordenação regionais) que conheçam aprofundadamente as comunidades e que se mantenham em funções e genuinamente empenhados nas atividades/nos territórios após o término do projeto;
- xii) implementar ações com enfoque nas memórias, nos saberes tradicionais orais e histórias das populações, mantendo e recuperando tradições comunitárias;
- xiii) implementar ações de valorização económica dos produtos tradicionais, retendo e atraindo a população para os territórios de baixa densidade; valorizar os recursos endógenos e aprofundar a identidade local, o sentido de pertença e de responsabilidade coletiva;
- xiv) apostar na disseminação e comunicação do desenvolvimento por projeto, com recursos humanos e orçamento próprio, de modo a criar os efeitos multiplicadores pretendidos;
- xv) apostar na criação de resultados duráveis no tempo e que possam ser visibilizados e, por isso, utilizados noutros contextos para efeitos de replicabilidade.

Creamos que este conjunto de reflexões pode ajudar a pensar os projetos de investigação-ação com manifesta coerência entre a sua conceção e desenho, implementação monitorizada e avaliada e resultados e impactos alcançados. Porém, esta forma de intervenção orientada para a transformação social carece, a montante, de condições de vida atrativas para que as populações se fixem em territórios desertificados e de baixa densidade. Tal exige medidas transversais de política pública que acarinhem quem se disponibiliza a viver e a dinamizar estes territórios.

Referências bibliográficas

Amâncio, C. (2004). Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. *Educação Popular*, 6, 1-17.

- Barros, V. (2020). Por uma cultura agroalimentar sustentável. InCosta, C. A. (coord.). *Pontes entre a agricultura familiar e a agricultura biológica* (pp. 147-151). Lisboa: Âncora Editora.
- Carvalho, C. & Oliveira, C. S. (2017). Uma leitura de género sobre mobilidades e acessibilidades em meio rural. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 35, 129-146.
- Cembranos, F., Montesinos, D. & Bustelo M. (2001). Planificación de los procesos socioculturales. In *La Animación Sociocultural: Una Propuesta Metodológica*. (8^a ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Equipa K'CIDADE (2007). *Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária (GPS)*. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/2-Manual-Avalia%C3%A7%C3%A3o_GPS.pdf
- Esteves, A. J. (1986). A investigação-accção. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. (1.^a ed., pp 251-278). Afrontamento.
- Fabiani, T. M. (2019). Identidade local e a sustentabilidade: uma relação com os espaços como estímulo de preservação ambiental. *VII ENSUS - Encontro de Sustentabilidade em Projeto*. UFSC, Florianópolis.
- Gervais, M. & Rivard, L. (2013). “SMART” Photovoice agricultural consultation: increasing Rwandan women farmers’ active participation in development. *Development in Practice*. 23: 4, 496-510.
- Gonçalves, H., Marta-Costa, A. & Cristóvão, A. (2013). Empoderamento de comunidades rurais como prática de revitalização de aldeias. *Desenvolvimento Regional em Debate*, 3: 2, 86-99.
- Guerra, C. & Costa, N. (2016). Sustentabilidade da investigação educacional: contributos da literatura sobre o conceito, fatores e ações. *Revista Lusófona de Educação*, 34, 13-25.
- Guerra, I. C. (2006). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais* (2^a ed. rev.). Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2023). *O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/nqt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=603123964&att_display=n&att_download=y
- O’Lynn, M. (2012). Theory of Change: what’s it all about?. *The Newsletter of INTRAC*, 51, 1-2.
- Schiefer U., Bal-Dobel, L., Batista, A., Dobel, R., Nogueira, J. & Teixeira, P. (2006). *MAPA - Manual de planeamento e avaliação de projectos* (1.^a ed.). Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.